Planos para Fortaleza esquecidos ou descaminho de desenhos da Cidade

José Liberal de Castro*

Por ocasião dos festejos comemorativos dos 40 anos de instalação da Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, em 2005, o autor deste artigo proferiu uma palestra por convite do professor arquiteto José Almir Farias Filho[1], um dos mentores de um seminário então organizado. A palestra, quando proposta por aquele professor, não contava com título explícito, o qual somente ficou definido após alguns ajustes entre as partes. Assim, em apenas *Planos para Fortaleza esquecidos*, como sugerido inicialmente, acrescentou-se, com finalidade elucidativa, o complemento *Descaminho de desenhos concernentes à Cidade.* No caso, as palavras "descaminho" e "desenhos" foram tomadas - a primeira, na acepção de perda, sumiço, extravio, enquanto a segunda, no sentido primitivo e amplo com que o vocábulo foi acolhido na língua portuguesa há mais de quatro séculos. Por sua vez, o vocábulo *esquecidos* aparece empregado como eufemismo, pois, na verdade, os planos, ora referidos, foram todos rejeitados.

A razão do convite manifesto pelo professor Farias remetia ao seu intuito de tentar trazer a conhecimento público certos acontecimentos que o autor deste artigo lhe narrara em conversas ocasionais, pertinentes ao descaminho sistemático de numerosa documentação gráfica alusiva a planos urbanísticos propostos para a Cidade em passado não muito distante. É bem verdade que os comentários, conquanto se

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

[1] José Almir Farias Filho, professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, por concurso público de provas e títulos. Arquiteto diplomado pela Universidade de Brasília. Mestre em Urbanismo pelo PROURB da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Urbanismo pela Universidade de Paris VII.

houvessem concentrado no inacreditável destino dado às pranchas do Plano Hélio Modesto, hoje irremediavelmente perdidas, também aludiam o desaparecimento de valiosos documentos gráficos de interesse, conquanto não tratassem propriamente de planos urbanísticos.

Na palestra, realizada sem formalidades, o autor recorreu ao apoio de notas, tomadas como ajuda, embora, por consequência própria da comunicação verbal descompromissada, a exposição da matéria alargou-se por assuntos correlatos, talvez até aparentemente alheios ao tema. Por descuido ou por outras circunstâncias, as notas da palestra extraviaram-se, mas, recentemente reencontradas, permitiram ao autor reconstituir gradativamente muitas das considerações expendidas. Pareceu-lhe, portanto, melhor registrá-las por escrito, em vista de portarem de algum interesse, pelo menos no campo da arquitetura e do urbanismo fortalezenses. Diante de tais razões, decidiu remontá-las, transformando-as em artigo publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, meio eficiente de divulgação.

Como o título da palestra, em vista da nova denominação, adquiriu maior abrangência temática, tornou-se forçoso o acréscimo de alguns comentários, incluídos à guisa de contextualização do tema, particularmente no que se refere a modalidades de desenho e acepções portadas pelo vocábulo.

Antes de proferida a palestra, à parte considerações sobre o desenvolvimento do tema inicialmente proposto, relativo ao descaminho de desenhos, estabeleceram-se digressões sobre origem e duplo significado assumido pelo vocábulo *desenho*, incorporado à língua por via de contribuição da Itália renascentista. Por tal razão, tanto na palestra como agora, neste trabalho, foram incluídas algumas apreciações pertinentes aos acréscimos feitos ao tema. Deste modo, o texto reúne itens aparentemente sem interligação, ao juntar procedências e emprego de determinados vocábulos profissionais, com observações sobre desenhos pertinentes à modalidades diversas, cartografia e planos propostos para ordenação da Cidade, além de uma ou outra notícia curiosa sobre participantes dos acontecimentos.

Modos de expressão gráfica

O desenho, ou melhor, o risco utilizado com diversificados intuitos em substratos como a pedra, a madeira, o couro, é prática que

procede de milênios. No mínimo, remontaria à pré-história, às cavernas, aos desenhos de representação com propósitos propiciatórios. Desenhos executados em eras longínquas, tantas vezes sobrepostos, às vestes, à casa, aos objetos pessoais, como traços de posse, como signos de identificação, gravados no próprio corpo, ou como devaneios gráficos de viés decorativo, aplicados à cerâmica, desde quando esta surgiu.

No campo da arquitetura, ampliado à organização urbana, o desenho surgiu em eras longínquas, traçado diretamente no próprio terreno, no chão, ou, já em dias mais à frente, nas paredes da obra. O tempo reduziu-lhe as dimensões, executadas em escalas convenientes. Tornou-se assim representação gráfica, transformada em meio de prefiguração de objetos, em traço definidor do que se pretendia materializar, lançado finalmente no papel.

Na criação deliberada de formas, pela facilidade de execução, a circunferência há de ter sido a primeira figura geométrica desenhada. Nasceu do giro de uma liana, de um cipó preso uma das extremidades de um piquete, em torno do qual, na extremidade oposta da corda improvisada, estendida, uma haste marcava a figura no chão, riscada com tosco instrumento, antepassado dos compassos. Somente depois de encontrados processos de traçar o ângulo reto, surgiram as formas ortogonais, quadrados e retângulos. As figuras inscritas em circunferências apareceram depois, mais fáceis algumas, como o triângulo, o quadrado e, de certo modo, o hexágono. O pentágono, bem mais complicado, e outros polígonos com maior número de ângulos, de relações irracionais com a circunferência, vieram posteriormente, sem dúvida, embora logo utilizadas à larga, em particular, na arquitetura grega, com requintes, na execução das colunas.

Desenho, forma e terminologia arquitetônica

O desenvolvimento do tema pede algumas explicações em favor de sua contextualização. Deste modo, impõem-se alinhar rápidas considerações sobre as realizações gráficas, progressivamente usadas para representar formas tridimensionais, criadas ou que se desejavam criar. Identificadas por terminologia específica, surgiram convenções, as quais, embora alteradas com o tempo, fixaram-se em fins dos Setecentos. Aos poucos, obtiveram aprovação internacional, de sorte que,

finalmente, codificadas no século XX, passaram a se reger segundo normas técnicas pertinentes.

Origens distantes do vocabulário específico

A origem da terminologia empregada nos desenhos de Arquitetura e de áreas correlatas remonta à Grécia antiga, muitas vezes buscada na geometria ou nascida de analogias formais. A divulgação desse corpo lexical por via erudita atravessou o tempo apoiada na tradição, mas também buscou ajuda, principalmente, na obra de Vitrúvio, amplamente divulgada em terras italianas no alvorecer da Era Moderna. Marco Vitrúvio Pólion era um arquiteto romano, contemporâneo do imperador Augusto. Fortemente helenizado, refletiu seu tempo. Em obra famosa - *Os Dez Livros de Arquitetura* (Architectura Libri Decem), difundiu conceitos, técnicas e termos gregos, conquanto externasse considerações concernentes à realidade da época. Deve-se, entretanto, lembrar que Vitrúvio não alcançou o período de consolidação do Império, quando em Roma surgiram mutações na vida social, política e econômica, exigindo novos programas arquitetônicos, cuja materialização espacial reclamava sistemas construtivos não empregados pelos gregos. Deste modo, o vocabulário latino, enriquecido por si e com a vertente grega, difundiu-se pela Europa. Na Idade Média, nos canteiros de obras, ao longo dos anos, a terminologia e as técnicas construtivas de viés popular mantiveram-se preservadas por tradição, enquanto as versões eruditas do léxico arquitetônico se refugiaram nas bibliotecas dos conventos e instituições afins. No fim do período, as transformações socio-econômicas, conduzindo à laicização profissional, favoreceram o surgimento de novos processos construtivos e consequente ampliação vocabular, embora usada de modo restrito ao ambiente fechado das corporações de ofício.

Contribuição italiana e os reflexos em língua portuguesa

A Itália, como se sabe, por sua posição geográfica, no centro do Mar Mediterrâneo, e por não convivido com certos rigores feudais, figura como a região europeia primeiro beneficiada com as alterações econômicas operadas nos anos finais da Idade Média. O desenvolvi-

mento do comércio, a revitalização da vida urbana e os primeiros impulsos do capitalismo comercial e bancário tiveram imediatos reflexos na Península, na vida política, nas relações sociais, nas concepções artísticas, paralelamente ampliados a proposições de novos tipos de traçados urbanos e à reformulação dos sistemas de defesa. O conjunto de transformações então operadas veio a receber na França, no século XIX, a designação de *Renaissance*. O termo e sua variante *Renascimento* ganharam aceitação universal, embora de certo modo inadequada, visto não ser sequer totalmente acatada pelos próprios italianos, os quais, como se sabe, designam os períodos de sua história e de sua arte pelos respectivos séculos - *duocento, trecento, quattrocento, cinquecento* etc.

Na Itália, o clima de florescimento cultural, as novas ideias, os novos programas, os novos objetos então produzidos induziram criações vocabulares consequentes, necessárias à comunicação verbal num mundo em transformação. Explica-se, assim, o surgimento de inúmeras palavras em italiano, realmente novas, embora várias delas fossem ressuscitadas de termos antigos, hauridos no latim ou no grego, ora reempregadas no seu sentido do passado, ora agasalhadas com significado diverso do original. No período, a admiração pela cultura greco-romana conduziria, pois, à permanente busca de abastecimento na riqueza léxical daquelas velhas línguas, conquanto não se possa esquecer de que o latim permaneceu, por longo tempo, como língua intelectual do ocidente europeu, ensinado correntemente até nos cursos de instrução básica.

Disegno / Desenho

No vocabulário posto em voga na Itália, à época, surgiu a palavra *disegno*. Derivava de *desígnio*, criação do baixo latim, espécie de idioma formado na Europa Ocidental em dias posteriores ao desmoronamento do império romano, versão estropiada e renovada da língua antiga. O latim clássico desconhecia, portanto, a palavra desígnio, mas possuía o verbo designar (*designare*) e os substantivos designação (*designatio*) e designador (*designator*), o inspetor dos jogos públicos. Estas, como tantas outras palavras, procediam do vocábulo *signum* (signo), que quer dizer, marca distintiva. De *signum* provêm – signo, sinal (signal), designar, persignar, resignar, con-

signar, significar, insignificante, insigne, insígnias, signatário, assinar, assinante, assinalar, sigilo, e vários outros cognatos, além de inúmeros derivados correntes na Roma antiga, todavia, não transferidos à língua portuguesa.

Do *designiu*, do baixo latim, os italianos irão, portanto, criar a palavra *disegno*, expressões ambas ligadas por certa sinonímia. Na verdade, sinonímia aparente ou parcial, esclareça-se, pois, a última daquelas palavras, além de dar a entender *intenção*, *propósito*, também passou a significar *plano*, *projeto*, termos estes retidos num sentido amplo, embora implicassem o domínio específico de determinadas disciplinas. A propósito de inovações, vale assinalar que o significado atual das palavras *plano* e *projeto* se verificou em dias posteriores à difusão da palavra desenho[2].

A palavra *desenho*, adaptada do italiano, ingressou na língua portuguesa na segunda metade do século XVI, em 1567, empregada por Jorge Ferreira de Vasconcelos, no *Memorial de proezas da segunda Távola Redonda*, como assinalam Houaiss & Villar (DICIONÁRIO, 2001: 985). Já o verbo *desenhar* apareceria em vez primeira empregada por Francisco de Holanda, logo depois, em 1571, conforme aponta aquela mesma fonte. (ID. IB. 2001: 985). Zake Tacla faz menção a emprego ocorrido no "Séc. XV", sem abonar o uso do termo, já que o indica empregado em obra somente impressa dois séculos depois (1984: 155). A referência de Tacla remete ao título do livro *Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares,* da autoria de Luís Serrão Pimentel (1613-1678), tratado de arquitetura militar editado em Lisboa em 1680, possivelmente a primeira obra escrita em língua portuguesa respeitante à matéria.[3]

Como já mencionado, o vocábulo *desenho* há de ter ingressado na língua portuguesa em dias anteriores a 1680, realmente no último

[2] Sobre desenho, ensino do desenho arquitetônico no Brasil colonial e outras considerações de interesse, ver BUENO, Beatriz P. Siqueira. O ensino da Arquitetura nas aulas de Engenharia Militar da Bahia no século XVIII. *Desígnio*, São Paulo, n. 1, 2004: 93-100.

[3] Serrão Pimentel foi o fundador da Aula de Fortificação e Arquitetura Militar de Lisboa, na Ribeira das Naus. Figura consagrada, teórico e prático de reconhecidos méritos no seu campo de ação, tornou-se professor de alunos famosos. Faleceu em 1678, dois anos antes da impressão do *Methodo Lusitanico de Desenhar as fortificações*, sem dúvida, verificada em 1680, como consta da folha de rosto de um exemplar original do livro, integrante do acervo de Obras Raras da Biblioteca do Instituto do Ceará.

quartel do século XVI, possivelmente divulgado por Francisco de Holanda (1517-1584). Desenhista, pintor, com vocação de arquiteto, Holanda foi enviado à Itália em meados do século XVI sob a proteção de D. João III, rei interessado em arte e em arquitetura, atividade esta última sobre a qual costumava oferecer sugestões participativas. Em Roma, o pintor frequentou as célebres tertúlias promovidas por Vittoria Colonna, quando se relacionou com Miguel Ângelo. Os relatos de Holanda sobre esses encontros constituem uma das fontes para o estudo do pensamento do grande artista italiano. De retorno a Portugal, Francisco de Holanda manteve-se ativo, embora pouco se saiba de sua obra pictórica. Dele, porém, se conhecem textos, tais como *Diálogos de Roma*, *Da ciência do desenho*, datados em 1571, à parte o livro *Da obra que falece à cidade de Lisboa*. O nome de Holanda permaneceu quase desconhecido até os anos centrais do século XIX, quando finalmente sua obra foi impressa, o que explica sejam recentes as referências feitas ao artista nos trabalhos dos etimólogos.

A propósito de *A ciência do desenho*, conquanto não haja como transcrever os longos conceitos desenvolvidos por Holanda, pelo menos vale apresentar a definição que o artista oferece sobre *desenho*:

> Escrevo daquela ciência, [...] a qual se chama desenho e *não debuxo* ou *pintura*. / [...] um dos maiores e mais excelentes e proveitosos instrumentos [...] para as obras materiais [...]. Quer dizer este desenho de que escrevo: antes de determinar, inventar, ou figurar ou imaginar aquilo que não é, para que seja e venha a ser. (HOLANDA, 1985: 20).

A definição de Holanda remete bem claro a um desígnio de prefiguração, quer dizer, ao projeto, à *invenção*, termo este último usado à época e ainda em voga no século XVIII. Em Francisco de Holanda, como se percebe, os vocábulos *desenho* e *debuxo* assumem diferentes significados, tornando-se patente a desvalorização da segunda palavra, desde então condenada ao desprestígio. Tal não aconteceu em língua espanhola, em que *diseño* e *dibujo* permaneceram com igual relevância,

embora com sentidos particulares. O mesmo ocorreu no idioma inglês, com *design* e *drawing*.[4]

Debuxo e seus cognatos são vocábulos pouco usuais em língua portuguesa. Foram empregados apenas duas vezes em *Os Lusíadas (II*, XI, 3 [v. IV : 57] e X, CXX, 2 [v. V: 245]), obra editada em 1572, da qual não consta a palavra desenho. Com viés arcaizante, aparece como recurso poético no célebre soneto de Antônio Manuel Maciel Monteiro (1804-1866), composto em meados do século XIX: *Formosa qual pintor em tela fina / debuxar jamais pôde ou nunca ousara. / Formosa qual jamais desabrochara / na primavera a rosa purpurina.* (...)

Plano, projeto e outros vocábulos

Estes já longos trechos introdutórios destinaram-se apenas a justificar a proposição inicial, concernente ao emprego da expressão *desenhos desaparecidos*, *desenhos perdidos*, em vez de se fazer menção a *planos desaparecidos* ou *projetos perdidos*. Como já dito, *plano* e, de certo modo, *projeto*, conquanto vocábulos latinos, ganharam diferentes acepções na Itália, entretanto, em dias já posteriores à difusão da palavra *desenho*.

O primeiro dos vocábulos procede de *planus*, que, em latim, aparecia apenas como adjetivo. Consoante a índole de seu idioma, os italianos transformaram *planus* em *piano*, contudo, empregado agora como substantivo aplicado para referir uma superfície lisa, sem irregularidades no relevo. Assim, planejar (planear, em Portugal) ou planificar significa *stricto sensu* aplainar, tornar plano, quer dizer, facilitar o acesso, desembaraçar a circulação, enfim, favorecer sem entraves a realização de um desígnio.

Já a palavra *projeto*, hoje usual, constitui uma daquelas incontáveis reconstituições vocabulares eruditas de procedência latina, postas em curso em muitas línguas ocidentais após a Renascença. Compõe-se de *pro* - aquilo que antecede algo ou alguém, e *iectum / iactum*, particípio passado do verbo *iacio / iacere*, que significa lançar. O vocábulo

[4] Em língua portuguesa, a sinonímia atribuída a *desenho* e *debuxo*, com gradativo desprezo do último, redundou no acolhimento indiscriminado e deslumbrado da palavra inglesa *design*, traduzida por Houaiss como "concepção de um produto (máquina, utensílio, mobiliário, embalagem, publicação)", portanto, com acepção restrita. (DICIONÁRIO, 2001: 994).

projecto (assim escrito na ortografia brasileira antiga e ainda em Portugal) fica facilmente compreendido quando se consideram os seus componentes, rebatidos em expressões tais como *pró-reitor* e *avião a jato* (jacto). A palavra apareceu inicialmente na Itália, divulgada como *progetto*, mas logo foi apropriada pelos franceses sob a forma de *projet* e acolhida na língua portuguesa como verbo – *projetar* (correlacionado com a geometria), no Dicionário de Moraes e Silva, em 1789 (cf. Houaiss / DICIONÁRIO, 2001, 2308), afirmação vaga, aliás. Numa obra portuguesa de construção civil, editada em 1850 (GUERRA, 1850: III), o autor ainda faz referência a "delinear, ou traçar o trabalho em cada uma das especialidades que a sua profissão abrange". No *Diccionario Thecnico* de Rodrigues, publicado em 1875, o vocábulo, contudo, já aparece mencionado na acepção arquitetônica hoje usual: "PROJECTO , s. m. lat. *projectus* ou *delineatio* (...) pensamento expresso em linhas, delineação de um edificio (...)". Paralelamente, o autor define *projectar* como "formar na mente e configurar no papel o projecto de um edificio qualquer (...). (RODRIGUES, 1875: 310).

No âmbito brasileiro, cumpre instar que, em meados do século XVIII, o arquiteto Antônio José Landi ainda usava a expressão *inventar*, em vez de recorrer ao termo *projecto*, até então desconhecido ou sem emprego generalizado. A propósito, vale lembrar que Landi, Giuseppe Antonio Landi, italiano de origem, bolonhês de nascimento e formação, havia permanecido em Lisboa por algum tempo, antes de vir para o Brasil em 1753, quando se radicou em Belém do Pará.[5]

Os comentários ora apresentados, como se percebe, aludem expressamente aos vocábulos *desenho* e *projeto*, ambos entendidos como palavras novas, não apenas em língua portuguesa, mas em vários idiomas ocidentais. Deve-se, entretanto, enfatizar que a concepção mental da obra de arquitetura, quer dizer, o ato de projetar, e seu registro gráfico, o desenho do projeto, são prática muito antiga, embora externada por palavras diferentes.

[5] Nas pranchas de trabalhos realizados em Belém do Pará na segunda metade do século XVIII, Antônio José Landi (Bolonha, 1713 - Belém, 1791) não emprega a palavra *projeto*. Sempre se refere à palavra *invenção*, sem dúvida, ainda usual na época. Deste modo, em vez de escrever "projectou-o gratis", assim se expressa: *Inventou-o gratis o Capitão Antonio Joseph Landi Architecto Regio e deu-o pa. o Real Gabinete de Historia Natural.* (FERREIRA, 1971, v. 1, pranchas 8 -17).

Nas definições oferecidas por Vitrúvio em sua obra célebre, a palavra, ou melhor, a operação mental e gráfica, que hoje se denomina projeto, recebia nome de *dispositio* (disposição), como se lê:

> Disposição é o arranjo conveniente de todas as partes, de sorte que, colocadas segundo a qualidade de cada uma, formem um conjunto elegante. Os modos de disposição ficam indicadas pela iconographia *(planta)*, pela ortographia *(alçado)* e pela scenographia *(perspectiva)*. *(Livro I, cap. II)*.

O arranjo espacial alcançado pela concepção do projeto - a *dispositio*, no entender de Vitrúvio, procedia de dois momentos que se integravam, referidos como meditação e invenção:

> Essas três partes *(planta, alçado e perspectiva)* nascem da meditação e da invenção. A meditação da obra proposta é o esforço intelectual, reflexivo, atento e vigilante que aspira ao prazer de conseguir um êxito feliz. A invenção é o efeito desse esforço mental, que dá solução a problemas obscuros e a razão da coisa nova inventada. Estas são as duas partes da disposição *(Livro I, cap. II)*.

As referências do tratadista fazem ver que o recurso do desenho, tomado como meio de representação de uma realidade futura, já era comum em Roma e na Grécia. Apoiava-se na geometria euclidiana. Posteriormente, os modos de representação se refinaram, em busca da precisão. Na Itália renascentista da primeira metade do século XV (Brunelleschi, Ucello), ampliaram-nos por meio da descoberta das leis de visão em perspectiva,[6] fenômeno ótico já conhecido dos antigos, todavia, à época, ainda sem solução geométrica exata. Em fins do século XVIII, o estabelecimento dos princípios da geometria descritiva, codificados por Gaspar Monge (1746-1818), ofereceu novos modos de representação, marcados pela limitação do espaço infinito, dividido em diedros, sobre os quais se lançam as projeções dos sólidos. Empre-

[6] Assinala Rodrigues: PERSPECTIVA, s.f. do lat. *perspicere*, ver perfeitamente, arte que ensina a representar sobre uma superficie plana os objetos na distância e modo por que apparecem á vista. (1875: 293).

endeu-se então clara valorização dos cortes, já usuais na arquitetura italiana setecentista (*spaccato*), processo auxiliar, de alta valia na análise dos interiores dos edifícios e dos objetos.

Em período anterior, na parte última da Idade Média, ressalte-se, os desenhos que se propunham traduzir uma concepção global da obra limitavam-se apenas aos riscos essenciais, a um delineamento aparentemente vago. É que, como a execução ficava distribuída entre os componentes de numerosa equipe de mestres e oficiais, cada grupo ou cada membro se encarregava de elaborar, no canteiro de trabalho, os desenhos relativos às suas próprias tarefas, geralmente feitos em escala natural, no piso ou nas paredes da obra. Esse velho sistema de detalhamento da obra ainda foi empregado no Brasil Colonial, como o comprovam os desenhos do Aleijadinho feitos nas paredes dos anexos da sacristia da igreja da Ordem Terceira de São Francisco, em Ouro Preto.[7]

***

Ainda a propósito de italianismos usuais no cotidiano dos arquitetos, observe-se que *planta* é uma tradução de *pianta,* enquanto *fachada*, uma adaptação de *facciata*. Ambos são termos de origem e espírito renascentista, os quais, por analogia anatômica, comparavam o edifício ao homem. Deste modo, a planta dos pés humanos equivaleria ao chão, ao piso, corresponderia, pois, à *planta* arquitetônica. A aparência exterior do prédio, aquela que o distingue dos demais, corresponderia à *faccia*, à face humana. Consequentemente, a versão rigorosa de *facciata* para a língua portuguesa deveria ser "faceada" ou, talvez, "façada", tal como em *façade*, na adaptação feita pelos franceses. Há várias fachadas, quer dizer, várias faces numa edificação, mas apenas dois tipos de plantas - a *planta baixa*, que corresponde ao pavimento térreo, e as *plantas altas*, referentes aos demais pavimentos. Dizer-se *planta*

[7] Os desenhos ditos de detalhamento da obra eram praticamente desconhecidos nos projetos executados em Fortaleza, até a década inicial da segunda metade do século XX. Os clientes supunham tratar-se de empulhação gráfica, enfim, um modo de alongar tarefas em benefício dos honorários profissionais. A fim de evitar descaracterização dos seus projetos, os arquitetos viam-se então obrigados a optar por registros gráficos improvisados, à guisa de detalhes, desenhados com giz, nas paredes em construção, em escala natural ou, às vezes, ampliada...

baixa do 2º pavimento é uma incongruência. Melhor será, portanto, empregar genericamente *planta*, para quaisquer níveis.

***

Esclarecimentos relativos ao texto

A longa digressão, ora encerrada, parece tentar encobrir uma fuga ao tema do artigo. Um modo caviloso de contornar, de evitar denúncias que pasmam os interessados no manuseio da documentação gráfica relativa à cidade em que vivemos.

O presente texto não pretende esgotar o título, mas relacionar apenas casos de que o autor tem ciência, muitos dos quais já conhecidos pelos estudiosos do tema. Em busca de amenizar a exposição, agregaram-se este e aquele fato curioso, às vezes, com viés anedótico.

Como referências mais distantes no tempo, foram arroladas peças iconográficas vetustas e alguns aspectos que as identificam. Por tal razão, o texto cita apenas três desenhos do século XVII, os mais antigos que fazem menção ao Ceará. Em seguida, trata de uma pintura do século XVIII, a primeira representação da Vila da Assunção. Esclareça-se que essas peças foram incluídas unicamente porque são documentos autênticos, embora veiculem representações inverídicas, para as quais não se encontram explicações cabíveis. Quanto a desenhos do século XIX, valorizou-se a cartografia urbana, já preparada com aceitável rigor, enquanto, no século XX, ganharam destaque os planos urbanísticos encomendados pela Cidade.

Descaminho de desenhos da cidade da Fortaleza

Até agora, o vocábulo *desenho* foi empregado *lato sensu*. Para entendimento da matéria, conviria esclarecer que o termo *desenho* será apreciado segundo duas modalidades específicas. Uma modalidade trata de desenhos que constituem representação gráfica daquilo que se pretende construir. A outra modalidade reúne representações daquilo que foi encontrado já feito e se deseja documentar. Assim, no primeiro grupo estão os projetos arquitetônicos e os planos urbanos ou urbanísticos, enquanto, no outro, aparecem vistas e paisagens urbanas, enfim, registros

gráficos específicos.[8] Em ambas as situações, surgem questionamentos, não apenas provocados pelo desaparecimento de desenhos, como também pelo fato de serem levantadas muitas dúvidas quanto à veracidade das representações, sejam mapas, sejam imagens, equívocos que se agravam porque boa parte do material procede de cópias de originais.[9]

A consulta à documentação gráfica antiga depara dificuldades, seja pela incerteza da legitimidade de muitas cópias, seja por se encontrarem os acervos originais remanescentes quase todos preservados em arquivos distantes, no Rio de Janeiro, em Portugal ou até na Holanda. A distância desses arquivos tem sua recompensa, posto que, deixados os desenhos na terra de origem, indubitavelmente teriam desaparecido...

Desenhos antigos do Ceará Colonial

Os desenhos e mapas do período colonial contam-se em número reduzidíssimo, o que comprova o pouco interesse despertado no processo, tanto pelo Ceará como pela própria incipiente povoação, depois, vila da Fortaleza. Ao contrário, porém, do que se poderia supor, todos se encontram perfeitamente preservados em arquivos de Portugal e Holanda, o que significa dizer, livraram-se dos *descaminhos* lamentados neste artigo. Infelizmente, esse material gráfico, formado com peças de valia artística, expressa incorreções e até inverdades, seja por desconhecimento da terra, seja por interesse na deturpação.

---

[8] Lúcio Costa, em texto antológico, intitulado o *Ensino do Desenho*, esclarece que, em face "dessa diversidade de objetivos, resultam modalidades de desenho", as quais podem ser resumidas em:

a. desenho "quando [se] deseja construir – o desenho como meio de fazer, ou *desenho técnico*";
b. desenho "quando [se] observa e deseja registrar – desenho como documento ou *desenho de observação*";
c. desenho "quando se imagina uma coisa ou uma ação e deseja figurá-la – o desenho como comentário ou *desenho de ilustração*";
d. "desenho como jogo e devaneio, ou *desenho de ornamentação*";
e. desenho que visa a "realizar obra plástica autônoma e expressar-se – desenho como arte ou *desenho de criação*". (1962: p. 130 -131).

[9] A historiografia do século XIX impunha a comprovação documental dos fatos como fonte de credibilidade do relato. Ocorre que muitas vezes os documentos consultados eram falsos, o que, no mínimo, implicava longa perda de tempo para descarte da informação. Por outro lado, as pesquisas ainda mais se emaranhavam porque muitos documentos eram verdadeiros, isto é, emitidos por autoridades competentes, mas divulgavam matéria inverídica... Este, aliás, é o caso, ainda hoje corrente, dos chamados documentos de posse de terras por "grilagem".

Em termos de inícios do século XVII, apontam-se as cartas de uma costa cearense quase então desconhecida, executadas por João Albernaz, o Velho, cartógrafo de Sua Majestade, desenhos divulgados em diferentes versões e conservados em diferentes arquivos. Essas cartas não coincidem, quando cotejadas entre si, uma das quais recebeu o nome de mapa de Pero Coelho, denominação indevida, aliás.

Da mesma época, procedem as gravuras holandesas sob o título *Siara*, apresentadas nos livros de Barlaeus, publicado em 1647, e de Montanus, de 1671. Ambos as obras receberam o patrocínio de Mauricio de Nassau, com o objetivo de divulgar seus feitos. No livro de Gasparis Barlaeus, nome latinizado do cronista Kaspar Van Baerle (1584-1648), aparecem as estampas sob nos. 24 e 25, concernentes ao forte cuja construção foi iniciada por Soares Moreno em 1611, na Barra do Ceará, as quais mostram uma planta geral do terreno e uma perspectiva *à vol d'oiseau*, respectivamente. Nesta última, tropas holandesas invadem o forte, fato ocorrido em 1637, embora a gravura date de 1645, época em que o autor do desenho, o pintor Frans Post (1612-1680) já havia regressado à Holanda. Os originais, guardados no Museu Britânico, em Londres, foram desenhados segundo informações de terceiros, pois Post jamais esteve no Ceará. Por tal razão, desmerecem confiança como documentos que autentiquem a paisagem mostrada, já que não resistem a um confronto com a realidade ambiental que representam. A estampa do livro de Arnoldus Montanus, criptônimo latinizado de Arnold Van der Berg (1625-1683), é uma versão fantasiosa da perspectiva assinada por Frans Post, todavia, modificada na linha do horizonte e na aproximação do quadro, bem como alegrada com cenas de um cotidiano convencional. Enfim, fantasia de uma fantasia.

Ainda de meados do século XVII, deve ser mencionado o desenho do Fort Schoonenborch, projetado pelo engenheiro Karr, por pedido de Mathias Beck, comandante de uma expedição holandesa remetida ao Ceará em 1649. Cercados no Recife, desde as duas derrotas nos Guararapes, os holandeses procuravam qualquer saída para a situação precária em que se debatiam. Crentes em informações prestadas por um soldado português aprisionado, que servira com Soares Moreno, deslocaram-se ao Ceará em busca de minas de prata localizadas no sopé da serra de Maranguape, riquezas nunca achadas.

Boa parte da documentação concernente à presença holandesa no Brasil foi divulgada apenas em fins do século XIX, por decorrência de pesquisas realizadas em arquivos, na própria Holanda, por Alfredo de Carvalho (1870-1916), engenheiro, poliglota e historiador pernambucano. Em meio à farta documentação levantada, encontrava-se o desenho do forte de Beck e trechos de um diário do comandante. O desenho, entretanto, não foi divulgado por Carvalho conforme a versão original, mas segundo uma cópia *traduzida* para o português, como se vê, curiosa solução cartográfica! Conquanto inaceitável, em termos de credibilidade documental, cumpre, no entanto, assinalar que a "tradução" das legendas corresponde ao original conservado no Arquivo Real Holandês, na Haia.

Como nota curiosa, o mapa assinala vários "velhos armazéns" junto do forte recém-construído. Não se compreende como, havendo Mathias Beck chegado em 3 de abril de 1649, o mapa assinalasse *velhos* galpões, deparados nas proximidades do forte, inaugurado dias depois, a 22 de abril, em prazo curtíssimo, portanto! Esse pormenor, despercebido por historiadores cearenses interessados no assunto, leva a crer que o forte de Beck foi erguido em ponto já ocupado por Soares Moreno. Este último como se sabe, realmente havia começado a explorar as minas de prata, cujas prospecções foram sustadas pelos reis de Espanha (na ocasião, também reis de Portugal), a fim de evitar concorrência com as ricas jazidas de Potosi, na Bolívia (STUDART, 1903: 148).[10]

Na verdade, cumpre ressaltar, nenhum dos desenhos até agora mencionados se refere à aparência primitiva da futura metrópole cearense. Foram citados tão somente pela vetustez, que os distingue, e por apontarem locais com eventuais potencialidades de posterior urbanização, nem sempre confirmadas.

No século XVIII, entre a rara documentação gráfica remanescente, deve ser citada uma vista da vila da Fortaleza, encontrada pelo Padre Serafim Leite no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, quando fazia pesquisas para escrever sua *História da Companhia de*

[10] Não é necessário ter conhecimento da língua holandesa para entender as legendas do desenho original. A expressão *oude magazyn*, tão próxima do inglês, pode ser traduzida sem tropeços por "velhos armazéns", isto é, os antigos galpões encontrados por Beck.

Jesus no Brasil. O desenho,[11] feito em 1731, objetivava alcançar recompensas do rei, concedidas como reconhecimento dos esforços desenvolvidos, pelo capitão-mor Manuel Francês durante sua gestão, envidados em favor da instalação da vila da Fortaleza da Assunção, em 1726. Esse belo desenho de execução *naïve*, mostra imprecisões até compreensíveis, ao haver sido elaborado em Lisboa por terceiros, de certo sob a orientação de Manuel Francês, que deixara o Ceará desde 1727, portanto, quatro anos antes. Algumas concessões, talvez deliberadas, ampliavam as dimensões da Vila, no desenho, inserindo edificações, cuja construção Francês se atribuía, embora sabidamente erguidas em dias posteriores.

O século XIX

Os desenhos do século XIX despertam maior interesse, tanto por serem mais numerosos como por permitirem apreciar as gradativas mutações da forma urbana fortalezense. Expressam-se, todavia, de modo confiável somente depois de meados do período, em consequência da formação especializada dos quadros profissionais que os executam. Deste modo, convém fazer distinção entre os trabalhos de começo do século, da autoria de Paulet e seu assistente, Faria, contrapostos às cartas elaboradas mais tarde por Adolpho Herbster, com técnicas já avançadas.

Os desenhos de Giraldes

Os desenhos mais antigos da Cidade e que merecem registro pela precisão das referências, devem-se ao capitão de fragata Francisco Antônio Marques Giraldes, oficial da Marinha Real, executados em 1810 e 1811, por ordem do 3º. governador da Capitania, Luiz Barba Alardo de Meneses. Um desenho mostra o levantamento batimétrico da bacia portuária da vila de então, registro necessário à evolução dos navios, cuja frequência tendia a aumentar após a abertura dos portos, dois anos antes determinada pelo

[11] O desenho intitula-se *Villa nova da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção da Capitania do Ciará Grande que S. Magde. que Deos guarde foy servido mandar criar em 1726*, descoberto no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, pelo padre Serafim Leite. (1943. t.3.). Outros desenhos e mapas do século XVIII não revelam interesse para o tema deste artigo.

príncipe regente, D. João. Giraldes aproveitou o ensejo para tirar uma bela perspectiva colorida da Vila, tomada do mar, a *vol d'oiseau*.

Os originais desses dois documentos,[12] de suma importância para a história da forma urbana fortalezense, feliz e excepcionalmente, acham-se preservados no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), no Rio de Janeiro.

O plano de Paulet

Perda irreparável, no campo das primeiras diretrizes de expansão urbana fortalezense, configura-se o desaparecimento do desenho elaborado em 1812 e entregue às autoridades competentes pelo tenente coronel de engenheiros português Antônio José da Silva Paulet (1778-1837). Conforme texto da respectiva ata da Câmara Municipal, ou melhor, como relata o "termo de veriação de 8 de julho de 1812", na sessão, abriu-se um ofício do

> Tenente Coronel de Enginheiros Antonio da Silva Paulet ao qual acompanhava a concepção [?] do Plano desta villa e se julgou muito util e digno de se por em pratica e que daqui por diante todo aquelle que quizer edificar será obrigado a cumprir a risca o dito plano o qual ficará guardado na mão do Procurador do Conselho o que se fixa em Editais. (Livro de Atas da CMF, p. 67 e 67 verso).

O plano de Paulet sumiu por extravio ou por natural desgaste. Faz-se, porém, ideia aproximada da proposta, por via de consulta à *Carta da Capitania do Ceará e costa correspondente [...]*, executado por Paulet no ano seguinte, a mando do governador Manuel Ignacio de Sampaio. Na carta, realmente interessada na batimetria da bacia marítima fronteira à cidade, aparece uma planta da Vila, em encarte, desenhada em braças, com discutível escala gráfica. Após a chegada da Corte Real em 1808 e, consequentemente, transferida a capital do Reino para o Rio de Janeiro, a documentação da Capitania permaneceu

[12] Os desenhos têm longos títulos. Um denomina-se *Plano aproximado da enseada da Villa da Fortaleza de N.S da Assumpção* [...] *setembro de 1810* [...]. O outro tem o nome de *Prospecto do porto da Villa da Fortaleza da Capa. Indepete. do Siará Ge.* [...], *que o tirou em 1811* [...]. Ver CASTRO. J. L. de. Cartografia Cearense no Arquivo Histórico do Exército. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 111, 1997: p. 9-79.

no Brasil. Assim, salvo os desenhos desaparecidos (no Ceará), alguns exemplares da época ficaram preservados em instituições militares ou civis, no Rio de Janeiro, entre as quais, o Arquivo Histórico do Exército (AHEx), a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional ou a Mapoteca do Itamaraty.

Relevadas algumas imprecisões nascidas da própria dimensão da peça, melhor apreciação das diretrizes do plano de Paulet podia ser efetivada em desenho pertencente à Mapoteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro, até certo ponto, um consolo à perda do plano original. Diz-se "podia" porque, inacreditavelmente, o desenho do Itamaraty também sumiu, conjuntamente com um lote furtado àquela instituição! Como se vê, más fadas também se interessam por outras praças...

As plantas de Simões Farias

Outras plantas da cidade desapareceram nas três décadas que medeiam a saída de Paulet do Ceará, em 1820, e os anos centrais do século XIX. Pelo menos duas delas, foram elaboradas pelo "cordeador" da Vila, o português Antônio Simões Ferreira de Farias.[13]

Na verdade, essas duas plantas, ambas sumidas, foram contratadas, executadas e pagas a Farias, como o registra a respectiva ata da sessão da Câmara Municipal de Fortaleza, realizada em 16 de abril de 1853: "Resolveu-se que se defere a Antonio Simoens Ferr[a.] de Farias a quantia de duzentos mil reis as duas plantas da cidade e Prainha, sendo obrigado a dar duas copias de cada hua para se remeter ao Governo" [Provincial?]. Nada a admirar, portanto, que o barão de Studart declarasse ter, em sua coleção cartográfica destruída, cópias das duas plantas tiradas por Simões de Farias.[14]

---

[13] Em citações de vários documentos, o sobrenome do "cordeador" aparece como *Faria* e *Farias*. Por não se saber qual o correto, faz-se emprego aleatório.

[14] Na perda de tantos documentos gráficos cearenses, avulta como verdadeira tragédia cultural o desaparecimento da coleção cartográfica do Barão de Studart, notável acervo de 162 desenhos, composto de cartas corográficas, geográficas e marítimas, concernentes, em maior quantidade, à época da Colônia e ao período imperial (STUDART, 1923: p. 335-384). Algum tempo depois do falecimento do historiador, em 1938, sua coleção cartográfica e grande parte do seu rico arquivo documental, precioso acervo guardado em sua casa, acompanharam o triste destino da edificação, abandonada, mal usada e logo destruída pela intempérie e por mãos humanas. Do velho e irreconhecível sobrado da Rua Barão do Rio Branco nº. 710, resta apenas a frente desfigurada, já que os seus interiores foram arrasados e transformados em estacionamento de veículos.

No último quartel do século XIX, as duas plantas de Farias ainda constavam em demandas provocadas por divergências no dimensionamento de glebas urbanas, aliás, mencionadas em tantas outras ocasiões, como argumento das partes em litígio, conforme o atestam processos guardados no Arquivo Público do Estado. Simões de Farias, muito jovem, foi ajudante imediato de Paulet, de quem se tornou substituto em assuntos de interesse da Câmara Municipal, tendo exercido suas atividades durante décadas, até finalmente aposentar-se em meados do século, dizendo-se idoso e cansado.

Por mero acaso, o autor deste trabalho, em dias posteriores à palestra, descobriu no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, cópia de uma das plantas. Como título do desenho leêm-se os dizeres *Fortaleza / organizada / por / Antonio Simões Ferreira de Farias / em 1859 / desenhada em / escala redusida / por / J.J. de Oliveira / em / 1883.* Conquanto não fosse desenho original, a cópia ajudou sobremodo a desvendar dúvidas quanto às intenções subjacentes às propostas de Paulet, como se explica de modo resumido à frente, matéria sobre a qual autor publicou artigo pertinente na *Revista do Instituto do Ceará*. (CASTRO, 2005: p. 93-123).

O plano oferecido por Paulet em 1812 orientava o desenvolvimento da Villa para o oeste, deixando aparentemente à mercê de futuras circunstâncias a expansão além-Pajeú, quer dizer, em direção do leste. Na realidade, não tanto assim, pois, uma rua, aberta por Paulet, de certo modo alheia ao plano, subentendia outros indícios significativos, conquanto não esclarecidos de modo cabal. A planta elaborada por Simões de Faria, recentemente encontrada, desvenda o presumido, demonstrando que já havia intenção de procurar resolver problemas provocados pelas dificuldades de ajuste de uma nova malha urbana, implantada no lado oriental da cidade, além do riacho Pajeú.

A retícula de expansão, desenhada em linhas pontilhadas por Faria, aplicava-se perpendicularmente à Rua do Norte (atual Governador Sampaio), aberta por Paulet e tomada como referência. Ensejava, portanto, justificativa para o traçado daquela via, isolado e com disposição alheia à das demais ruas do seu plano inicial. Consoante a decisão, conclui-se que a Vila viria a contar com dois blocos riscados em xadrez, entretanto, sem continuidade isto é, separados.

A outra planta de Faria, dita da Prainha, presumivelmente desaparecida em definitivo, depararia, sem dúvida, dificuldades em compa-

tibilizar a malha ortogonal, já implantada, com a zona da praia, de risco irregular, por força das condições de topográficas. Ante tal razão, Simões de Faria provavelmente optou por preparar uma planta, em folha autônoma, que abrangesse apenas a faixa costeira (atual avenida Pessoa Anta) e trechos próximos, até o pé do outeiro, no alto no qual já se erguia a igreja da Conceição da Prainha, cujas obras haviam sido iniciadas em 1839.

A planta de Dom Manuel do Rego Medeiros

Por este ou aquele empecilho, as proposições de Simões de Faria, em direção ao leste da Cidade, não vieram a prosperar. Faz-se, entretanto, ideia das pretensões do cordeador, porque foram, de certo modo, trasladadas à *Planta da cidade de Fortaleza, levantada no ano de 1856, pelo padre Manoel do Rego Medeiros*. Homem culto, pós-graduado em Roma, o padre Manoel do Rego Medeiros (1829 - 1866), signatário da planta, fez rápida e brilhante carreira eclesiástica. Tornou-se bispo de Olinda e Recife, porém, veio a falecer bem moço ainda. Não se sabe que razão o conduziu a desenhar ou a mandar desenhar sua planta, promovendo um indubitável rebatimento das proposições de Simões Faria, planta na qual procurava reunir, em um só desenho, as "duas plantas, da cidade e Prainha", desenhadas pelo cordeador da Câmara. O original de Medeiros desapareceu, mas restou uma cópia feita por Guaraci de Lavor, por sua vez transcrita de outra cópia, executada por Jaime Silva. Essa segunda cópia, de meados do século XX, afigura-se confiável, embora nela os topônimos estejam "modernizados". escritos em ortografia atual (ver CASTRO, 2005: p. 114-116). Fala-se em "confiável como cópia", porque, na verdade, metade da planta, o lado leste, indica irrealidades espaciais, ou melhor, representações viárias nunca materializadas.

Plantas e planos de Adolpho Herbster

Adolpho Herbster (Recife, 1826 - Fortaleza,1893) avulta como figura de excepcional importância no ambiente técnico-profissional do Ceará da segunda metade do século XIX. Entre suas grandes realizações, três plantas e um plano geral de desenvolvimento físico da cidade

se destacam como valiosa contribuição prestada em favor da montagem da forma urbana fortalezense. Das três plantas, somente uma, aquela datada de 1888, chegou aos nossos dias, tal como a conheceu Herbster, e isto porque a mandou litografar em Paris, em duas oportunidades, recorrendo ao uso de processo que permitia livre e cuidada reprodução em cópias impressas. As outras duas plantas, executadas em 1859 e 1875, apesar de efetuadas com exatidão, chegaram aos nossos dias por meio de fotografias de cópias artesanais.

Como visto, não se tem ideia da aparência dos desenhos originais, sejam de Herbster ou também de outros autores, ainda elaborados com papel, tintas e instrumentos importados, consoante as normas da época. O uso prolongado sempre conduziu ao natural ao desgaste, porque as pranchas, em particular as aquareladas, não resistiam à umidade, ou pior, ao eventual contato com a água. Por tais motivos, o transcorrer do tempo sempre impôs o preparo de cópias, ou melhor, de transcrições dos desenhos. No caso, o vocábulo transcrição definiria com maior rigor o tipo de operações gráficas então realizadas, já que o refazimento dos originais era executado por meio de pantógrafos ou de quadrículas. Conquanto se saiba que desenhos sobre papel transparente ou de linho já datassem de séculos anteriores, somente após a introdução do emprego de técnicas de heliografia no século XX, tornou-se possível obter extração rápida e fiel de cópias.

As plantas de Herbster

Quanto aos trabalhos de Herbster, restam reproduções heliográficas de cópia de uma cópia da planta de 1859, esta provavelmente feita ou mandada fazer pelo engenheiro Antônio Gonçalves da Justa Araújo. Dessa transcrição, executada nas dimensões do desenho original, consta o nome do mencionado técnico, como autoridade responsável pelo primeiro traslado, datado da década de 1880, quer dizer, de época quando Herbster ainda se mantinha em plena atividade profissional.

Não se pode, contudo, imaginar como seria o original da planta de 1875, do qual jamais se ouviu qualquer referência, planta, aliás, divulgada por meio de uma cópia bastante reduzida, fruto, sem dúvida, de seguidas reproduções. O original deveria ser conhecido na cidade, porque o trabalho teve sua elaboração autorizada por lei referente ao

contrato celebrado com Herbster, na importância de 500$000, conforme consta de ata de sessão da Câmara Municipal, realizada em 15 de abril de 1875. É provável que o desenho mostrasse traços coloridos, a fim de ressaltar os trilhos da Estrada de Ferro de Baturité, lançados desde 1872.

O plano de Herbster

As três mencionadas plantas de Herbster traduziam constatação de situações preexistentes. Não devem ser confundidas com o chamado *plano* da cidade, em que Herbster propunha um desenho normativo para expansão física fortalezense, do qual, o autor deste artigo confessa, veio a ter apenas conhecimento em dias recentes, como explica. Em pesquisas na Mapoteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro, ao consultar o *Atlas do Imperio do Brazil*, da autoria de Cândido Mendes de Almeida, editado em 1868, deparou um desenho de Herbster, incluído como encarte num mapa do Ceará. O desenho intitulava-se "Planta topographica da cidade da Fortaleza, Capital do Ceará, levantada e organizada em 1863 pelo engenheiro da Provincia e architecto da Câmara Municipal Adolpho Herbster (manuscrito)." (ALMEIDA, 1868: entre cartas V e VI).[15]

O preparo dessa planta de 1863, devida ao próprio punho de Herbster, consubstanciava, após anteriores debates, as decisões assumidas pela Câmara na sessão de 18 de abril de 1861, concernentes ao estabelecimento de um "Plano desta cidade" (art. 1º.). Com efeito, tratava das diretrizes gerais de expansão física fortalezense, as quais deveriam ser demonstradas graficamente em planta pertinente (art. 4º.), ou melhor, em plano entregue por Herbster aos vereadores na sessão de 14 de novembro de 1861, cujo original se extraviou. Datam dessa década as determinações dos camaristas em favor da abertura de "ruas largas", com cem palmos, isto é, com 22 metros, largura das avenidas da cidade de então, aliás, mantida pela Prefeitura durante todo o transcorrer do século XX! Na mesma época, a Câmara mandou ampliar a dimensão das calçadas, de 9 para 10 palmos (2,20m) "nas ruas", conservando a largura de 7 palmos (1,54m) "nas travessas", exíguos padrões de con-

[15] A recente reedição do *Atlas do Império*, de Cândido Mendes de Almeida, em fac-simile, facilita a consulta não apenas ao plano de Fortaleza, mas a plantas de todas as cidades capitais do Império naquela época.

forto urbano, ainda assim, poucas vezes atingidos pela cidade contemporânea... Como visto, portanto, dos quatro desenhos de Herbster, conhecemos dois deles porque foram impressos. Os outros dois nos chegaram às mãos por meio de cópias artesanais.

O século XX

O desaparecimento de documentação gráfica nos arquivos oficiais constitui prática antiga, mantida no transcurso do século XX, com desastrosas consequências, como se pode aquilatar, origem do sumiço de desenhos recentes, contemporâneos de processos reprográficos já avançados. Para avaliação das perdas, relacionam-se apenas alguns casos especiais, não mais numerosos porque, entre 1888 e 1931, isto é, durante quase meio século, a administração municipal não formulou nenhum plano urbanístico e nem realizou qualquer mapeamento da Cidade em expansão.

No último quartel do século XIX, a Fortaleza conheceu acentuado progresso material e cultural, consolidando em definitivo sua hegemonia urbana nos quadros estaduais. Nas décadas seguintes, já no século XX, o desenvolvimento manteve curso ainda mais acelerado, como o comprovam as realizações no campo de atividades diversas, refletidas na aparência elegante adquirida pela Cidade. De modo inacreditável, a expansão física, com marcadas mutações, ocorreu de modo praticamente espontâneo, por agregação de trechos novos, nascidos da acessibilidade oferecida pelas linhas de bondes. Durante quase meio século prevaleceram, pois, como referência gráfica orientadora do crescimento material fortalezense, a mencionada planta elaborada por Adolpho Herbster em 1888 e, como norma de fiscalização de obras e demais posturas, o código aprovado em 1893!

Desenhos de João Felipe Pereira

Nos anos centrais desse período, ou melhor, em 1911, o governo estadual contratou a elaboração de um projeto de rede hidráulico-sanitária, melhoramento limitado à parte contínua da cidade, área correspondente, pouco mais ou menos, à atual zona central. Os trabalhos foram entregues à competência técnica do engenheiro João Felipe Pe-

reira (Tauá, 1860 - Rio de Janeiro, 1950), nome nacionalmente prestigioso, ex-ministro de Floriano Peixoto e professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, então Capital Federal. O autor deste trabalho teve oportunidade de conhecer os desenhos, não apenas da rede hidráulico-sanitária, mas também do projeto das duas caixas d'água metálicas integrantes do plano, hoje desativadas, erguidas na rua Antônio Pompeu, posteriormente oxidadas e, por tal razão, capeadas com cimento. O desenho da rede sanitária, em cópias de papel prussiato, mais conhecidas como ferro-prussiato, reproduzia a planta de Herbster no trecho pertinente, todavia, enriquecida com a citação dos níveis de todas as caixas de coleta dos esgotos, localizadas nos cruzamentos das ruas. Constituía, deste modo, tanto uma planta do relevo urbano como também um verdadeiro mapa cadastral, uma vez que estavam assinaladas todas as edificações com suas respectivas testadas. Conquanto Herbster conhecesse em pormenores a Cidade, levantada topograficamente desde os seus primeiros trabalhos, em meados do século XIX, jamais fez indicações de cotas ou de curvas de níveis nas plantas gerais que executou. Por tal razão, os dados oferecidos por João Felipe adquiriam excepcional valor.

No começo de 1912, o presidente Nogueira Accioly foi deposto por insurreição popular. As valas, executadas por João Felipe para receber as canalizações subterrâneas, serviram de ocasionais trincheiras aos revoltosos, perdendo-se o serviço então já realizado. Quando as obras foram retomadas, quinze anos depois, o projeto da rede de distribuição de água, por ser a mais fácil de instalar, foi ampliado e alterado. Permaneceu, porém, sem mudanças o plano de coleta de esgotos, de sorte que os desenhos de João Felipe serviram durante muitos anos como fio orientador para novas ligações ou para serviços de manutenção da rede de esgotos da Cidade. Cópias dos desenhos da rede hidráulico-sanitária e das caixas d'água, estes últimos acompanhados de memória descritiva, incluem-se na lista de documentação hoje desaparecida. O autor conheceu todo esse precioso material em mãos de José Barros Maia, velho e querido amigo que já se foi. Conquanto, ainda recentemente, a família tenha franqueado, ao autor, busca pessoal nos papéis de Barros Maia, a fim de localizar aquele e outros desenhos, infelizmente, pouco ou nada de interesse foi encontrado. Lamentavelmente, os arquivos estavam dilapidados.

O Código Urbano de 1932

O desenvolvimento material da Cidade acelerou-se desde a primeira Grande Guerra. Novas técnicas, novos equipamentos, presença de razoável número de profissionais de formação superior em atividade, renovação arquitetônica e, principalmente, o ambiente de euforia proporcionado pela melhoria econômica e pelo novo quadro político estadual de conciliação, induziram propósitos de revisão e atualização dos instrumentos de controle urbano, que se mantinham em vigor desde os anos finais do século XIX.

Eis por que, nos dias subsequentes à vitória da Revolução de 1930, a rápida substituição de prefeitos nomeados não impediu fossem propostas, pelas seguidas e curtas administrações, várias medidas de interesse municipal, entre as quais se alinhava a elaboração de um novo *Código de Posturas do Município de Fortaleza*, matéria em debate desde o ano anterior, concretizada no teor do Decreto nº. 70, de 18 de dezembro de 1932, mas somente publicada no início de 1933.

O texto novo, como dito, procedia do ano anterior, da rápida gestão municipal do engenheiro Antônio Urbano de Almeida (1900-1982), trabalho por ele próprio executado em equipe com os engenheiros José Augusto Lopes e Capitão José Rodrigues. A aprovação do código, todavia, somente ocorreu na administração seguinte, do major Tíbúrcio Cavalcante, que o sancionou, conjuntamente com Raimundo Girão, secretário da Prefeitura. Esse código, de ampla abrangência, composto por oito *títulos*, cada qual formado por várias secções, compreendia um total de 536 artigos! Reformulava a velha legislação, como dito, aprovada nos primeiros anos da República, em 1893, e que havia perdurado por quatro décadas!

Não cabe apreciar neste trabalho as inovações da nova legislação, ainda que se incluam ligeiros comentários sobre artigos do código que apresentavam rebatimento direto na organização espacial da Cidade. Registrem-se, pois, aqueles que dispunham sobre "alinhamentos e nivelamentos", "da insolação, iluminação e ventilação dos prédios", técnicas de construção e, principalmente, quando tratavam do dimensionamento das quadras e dos lotes, enfim, da ocupação do solo. Essas determinações, em tese, modificavam o velho sistema de parcelamento fundiário da Cidade, principalmente em virtude dos recuos frontais e dos afastamentos laterais das novas edificações, recuos até então des-

considerados. Permaneciam, porém, os 50 metros de profundidade dos lotes, que ocupariam, assim, a metade das dimensões propostas para as quadras. Compete, entretanto, lembrar que a profundidade permitida já se fazia desnecessária aos longos quintais, até então usados para escavação de cacimbas e abertura de fossas negras, processos superados desde quando a Cidade passou a contar com rede de abastecimento domiciliar hidráulico-sanitário, em 1927.

Ainda quanto ao parcelamento fundiário, a largura de 10 metros de frente, preconizada no Código, logo se ampliou em mais um metro, a fim de corresponder aos cinquenta palmos de testada, antigo padrão, usual na Cidade, ainda depois da metade do século XX. Os recuos, mínimos de 3 metros, favoreceram a introdução de varandas frontais, de sorte que os moradores das novas casas já não precisavam sentar-se à calçada, a fim de gozar a brisa vespertina ou noturna. A Aldeota, bairro por assim dizer montado segundo a nova legislação, desconheceu o velho hábito das "rodas de calçada", prática social de vasto alcance na integração dos habitantes da cidade antiga, desde então condenada ao desaparecimento.

No capítulo II - *Dos logradouros públicos*, ficavam dimensionados os quarteirões e as larguras das vias públicas, isto é, 11 metros para as ruas com "desenvolvimento maior de 200 metros", alargados para 18 metros "nas ruas dominantes ou avenidas". Mantinham-se, portanto, as antigas larguras das ruas, de 50 palmos, enquanto as avenidas, com pouco mais de 80 palmos de largura, ficavam mais muito mais estreitas do que as "ruas largas" de Herbster, abertas em 1860, com 100 palmos!... Por outro lado, o novo código tratava de aspectos ainda não apreciados no campo das tipologias da morada, como "vilas" e "casas populares", e dedicava atenção a determinados programas arquitetônicos, em títulos assim referidos: "Dos hotéis, escolas, colégios"; "Das casas comerciais"; "Das fábricas e oficinas"; "Das igrejas"; "Das garages", "Das casas de diversão" (teatros e cinemas), "Banheiros e sentinas", evidenciando determinações sempre preocupadas com as dimensões e a higiene dos espaços.

Como proposição nova, aparecia o sistema de numeração predial, registrada ao longo das ruas, em metros, a qual substituía o sistema antigo, contado por casas. O código legislava sobre elevadores, certamente com vistas ao futuro, pois, na ocasião havia apenas dois deles, no Excelsior Hotel. Vários artigos eram dedicados ao trânsito, não propria-

mente alusivos a problemas de fluxo, mas a relações legais dos proprietários com a Prefeitura, visto conferirem maior ênfase a cuidados físicos dispensados aos "veículos [urbanos] de tração automática", isto é, "os automoveis, os auto-caminhões, motocicletas e bondes" [elétricos], embora não esquecesse o uso da "tração animada" (carroças, charretes). Os equipamentos mecânicos de transporte automotor, compete ressaltar, eram desconhecidos quando da aprovação do código de 1893.

Como novidade técnica, no código, havia um capítulo pertinente ao emprego do concreto armado, na verdade, transcrito *ipsis litteris* da legislação adotada no Rio de Janeiro em 1928. O capítulo visaria ao afastamento da presença de leigos no emprego das novas técnicas de edificação, medida limitadora ratificada em termos amplos no fim do ano seguinte, quando da criação do sistema CONFEA/CREA, em 11 de dezembro de 1933. A adoção da medida, sem dúvida, estava correlacionada com a construção do *Excelsior Hotel*, obra prevista para três pavimentos, posta aos cuidados de mestre Lucas de Oliveira mas que, por inesperada decisão do proprietário, Plácido de Carvalho, deveria ser elevada para oito pisos. A preocupação dos quadros técnicos da Cidade, em face da mutação da altura do edifício, transformou-se em assunto discutido nos jornais, redundando na interdição das obras e em vistoria efetuada por uma comissão de engenheiros, em que se incluíam os já mencionados José Augusto Lopes e Alberto Sá. Segundo parecer técnico solicitado e aceito pela Prefeitura, o prosseguimento dos trabalhos foi liberado, todavia, com a adoção de uma estrutura de concreto armado, calculada pelo engenheiro Arquias Medrado Filho, dos quadros do DNOCS e professor da Escola de Agronomia. Como se vê, carece de fundamento o mito, ainda hoje propalado, que considera o *Excelsior* como o "edifício mais alto do mundo, construído com alvenaria de tijolos", à parte, haver alhures, muitas edificações bem mais elevadas, erguidas com aquela técnica...

A propósito de sumiços de documentos, ao quanto consta, nem sequer a Biblioteca Pública Estadual possui exemplar do Código de 1932, talvez preservado em algum arquivo municipal ou particular.

A planta da administração revolucionária de 1931-1932

Já foi dito que a Cidade ficou sem atualizar sua documentação cartográfica praticamente durante meio século. Em 1932, finalmente foi execu-

tada a planta do *Governo Revolucionário*. Nas legendas, ficava honestamente expresso que o trabalho se apoiara na carta de Adolpho Herbster, de 1888, acrescida de novos trechos ocupados pela cidade, atualizados por meio de posteriores levantamentos setoriais, executados pelos topógrafos da Municipalidade. Possivelmente, em decorrência da dimensão da prancha, desenhada em escala de 1:10.000, foram elaboradas cópias que mostravam apenas a área contínua da Cidade, algumas delas em escala mais reduzida, como aquela que integra a mapoteca da Escola de Arquitetura.

Na verdade, as dimensões da planta original resultaram bem amplas (1,60m x 1,00m) porque houve intenção de estender o desenho a dois pontos desligados da continuidade urbana, isto é, à Barra do Ceará e ao vizinho distrito da Parangaba, pontos isolados por falta de ocupação demográfica entre a parte contínua da cidade e as duas localidades. O desejo de incluí-las na planta, possivelmente se devia às referências com que ambas se destacavam como cenários de recentes acontecimentos verificados naqueles arrabaldes. que entusiasmavam a Fortaleza na ocasião,

A Barra do Ceará localizava-se em sítio distante, desabitado e de acesso difícil. Valorizara-se havia pouco como local à margem do rio, onde desciam os aviões da Nyrba, empresa de aviação norte-americana, que punha a Cidade em contato direto com as metrópoles do continente. Nyrba, explique-se, era sigla formada pelas iniciais da rota – New York / Rio / Buenos Aires. Na ocasião, a meio caminho, e não propriamente na Barra, surgiram as oficinas de Rede de Viação Cearense, com obras iniciadas em 1923, mas somente inauguradas em 1930, marco significativo de valorização do vetor e futuro polo de agregação demográfica. A denominação original da via de ligação, a nova avenida Demóstenes Rockert, homenageava o engenheiro chefe da ferrovia, que ultimara as obras, preito, contudo, logo transferido a outro engenheiro, o ministro Francisco Sá, falecido em 1934, topônimo mantido até hoje.

A atração do trecho final da avenida, que valorizara a Barra do Ceará, logo se desfez por perda de funções, uma vez que os hidroaviões se viram substituídos por aeronaves terrestres. Em 1931, foi inaugurado o "Campo de Aviação", no Alto da Balança, destinado a receber os "encarnadinhos", pequenos aviões do Exército, utilizados pelo Correio Aéreo Militar. A disponibilidade de uma pista de aterragem, mais próxima da Cidade, atraiu duplamente, tanto a Panair, empresa sucessora

da Nyrba, em operação na Cidade desde 28 de março de 1934 (MOTA, 1958:167), como o Syndicato Condor, sociedade alemã, nacionalizada durante a Guerra, quando passou a se denominar Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul.[16]

Quanto à Parangaba, localidade antiga situada em ponto até então bem distante da Praça do Ferreira, viu-se rapidamente conectada à Cidade por meio de uma nova pista pavimentada a concreto, inaugurada em outubro de 1930. Começava no Benfica, depois do fim da linha de bondes, constituindo o trecho inicial de uma rodovia, cuja implantação, até Guaramiranga, fora prometida por Washington Luís, Presidente da República, ao visitar o Ceará em campanha eleitoral. A exacerbação política da época, traumatizada com o assassinato de João Pessoa, culminou com a eclosão do movimento revolucionário que empolgaria o País, marcado por eventos dramáticos, tais como deposição do presidente em exercício, interdição de posse do novo presidente eleito e ascensão de Getúlio Vargas ao poder, com o apoio de numeroso e atuante grupo de jovens militares. A inauguração da via coincidiu com a vitória da Revolução, de sorte que a nova pista, cujo nome deveria homenagear o presidente deposto, ganhou de imediato a denominação de avenida João Pessoa. O novo tipo de pavimentação, em concreto, angariou admiração técnica e geral aceitação popular, logo aplicado em muitas das ruas centrais da Cidade.

Na época, o arrabalde era conhecido por Porangaba, assim mencionado por Alencar em *Iracema*, tomado o topônimo como sinônimo de beleza, em nheengatu. Quando realizava pesquisas para escrever os dez volumes da sua monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil* (o Ceará consta do 3º volume), o padre Serafim Leite, em visita ao Ceará em 1934, descobriu que a documentação vetusta sempre se referia a Parangaba, em vez de Porangaba. Por ocasião dos trabalhos de revisão da toponímia nacional, na década de 1940, a comissão encarre-

[16] No Rio de Janeiro, a suspensão dos voos em hidroaviões redundou no abandono da *Estação de Hidros*, projeto de Attilio Correia Lima (1901-1943), consagrado por vitória em concurso público (1938), uma das mais notáveis realizações da arquitetura moderna brasileira. O edifício, hoje cedido a um clube de sub-oficiais da Aeronáutica, padece de difícil localização, escondido por gigantesca via elevada que intercepta a praça 15 de Novembro, no centro daquela cidade.

gada de exame do território cearense acatou a sugestão do historiador e oficializou a denominação Parangaba.[17]

Os planos urbanísticos

Nos dias do começo da década de 1930, nos meios técnicos e jornalísticos, haviam prosperado ideias relativas à abertura de uma avenida no centro da Cidade, via ampla, a qual, começando no Passeio Público e tomando o rumo do sertão, demoliria os quarteirões localizados entre as ruas Major Facundo e Floriano Peixoto. Na mesma ocasião, a Prefeitura decidiu erguer um edifício para sua sede em terreno que lhe pertencia, situado entre a travessa Pará e a praça do Ferreira, no qual funcionava a Câmara Municipal, cujas atividades estavam suspensas em consequência das decisões do Governo Revolucionário. O anteprojeto da sede municipal havia sido elaborado por Emílio Hinko, húngaro de nascimento e cearense de adoção, de parceria com o calculista Alberto Sá. No pequeno quarteirão, hoje incorporado à Praça, foi construído, tempos depois, o Abrigo Central, já demolido.

Em busca de melhor situar os fatos então verificados, o autor permitiu-se incluir curtas referências biográficas de Sá, Hinko e outras figuras intervenientes direta ou indiretamente nos acontecimentos.

Alberto Façanha de Sá (Aquirás, 1895 - Fortaleza,1961), engenheiro civil, professor de matemática, adquiriu prestigiosa reputação nos meios técnicos cearenses por sua atuação profissional. Tinha sólida formação em Engenharia Estrutural, aprimorada em cursos de especialização na Bélgica. Interessou-se em exploração de diatomito, material então largamente empregado na fabricação dos chamados tijolos brancos, usados generalizadamente na Cidade, ainda até pouco tempo.[18]

---

[17] Parangaba, antigo aldeamento de índios mansos, foi posto sob a direção dos jesuítas após a criação do Hospício do Aquirás, em 1727. Transformou-se em "vila de índios", quando da expulsão dos padres, em 1759, ocasião em que, em atendimento aos programas de lusitanização do Brasil, empreendidos pelo Marquês de Pombal, as novas vilas da Colônia receberam nomes de localidades portuguesas. Muitas os conservaram, mas outras fizeram-nos voltar às denominações primitivas. Parangaba, passou então a se denominar Arronches, nome de velhíssima vila do Alentejo, no distrito de Portalegre, topônimo que perdurou por um século e meio, até início do século XX.

[18] Estas e mais informações sobre Alberto Sá foram oferecidas ao autor pela bibliotecária Maria Erbene Barbosa Maia, sobrinha afim do engenheiro.

Emílio Hinko (1901-2002), obtida formação técnica em Budapeste, transferiu-se para a Itália por motivos políticos. Em Milão, após trabalhar durante seis anos no grande escritório do arquiteto Ulisse Stacchini (1871-1947), decidiu emigrar para o Brasil, acompanhando um pequeno grupo de italianos. Pretendiam todos instalar-se em Belém do Pará, com cujo clima Hinko não se habituou, de sorte que resolveu transferir-se sozinho para Fortaleza, cidade que visitara de passagem para o Norte, por via marítima e da qual muito se agradara. Estrangeiro desconhecido na Cidade, logo manteve contato com Alberto Sá, que se tornou seu avalista profissional e sob cujo patrocínio iniciou carreira vitoriosa. Quanto às concepções arquitetônicas de Hinko, vale lembrar que, na Itália, Stacchini se apresentava como um dos mentores do ecletismo arquitetônico em voga, entretanto, já matizado com vocabulário *Liberty* (ver a *Stazione Centrale* de Milão, seu projeto mais significativo). Sem dúvida, Hinko recebeu influência de seu mestre, entretanto, por reflexos da própria época e do gosto pessoal, ficou mais ligado às vertentes internacionais do sistema *Art Déco*, característico de boa parte de suas obras.[19] Hinko integrou-se à Cidade em definitivo, agraciado com vários reconhecimentos, entre os quais os títulos de cidadão fortalezense e cearense, que muito o envaideciam.[20]

A localização da nova sede municipal provocou controvérsias, porque inviabilizaria a implantação da avenida almejada. Entre os que clamavam contra a incongruência, achava-se o engenheiro Omar O'Grady (Natal, 1894 – Rio de Janeiro, 1985). Potiguar de nascimento,

[19] As primeiras obras de Hinko, tais como o referido projeto da sede da Prefeitura, na praça do Ferreira, o Edifício J. Lopes, a Telefônica (junto do Parque, parte de projeto maior, para outra nova sede da Prefeitura), a Casa do Estudante, o Clube Iracema (Secretaria Municipal de Finanças), o Hospital da Messejana (pavilhões primitivos), a Secretaria de Segurança Pública e várias residências receberam tratamento *Art Déco*. Em outras obras, Hinko enveredou por caminhos diferentes (Náutico Atlético, o conjunto de residências erguido em torno de demolido "Castelo do Plácido", Igreja do Coração de Jesus, Base Aérea de Fortaleza e mais bases, que projetou).

[20] Hinko, de tal modo se envolveu com desejos de se integrar à terra adotiva, que mandou buscar na Hungria seus velhos pais, "que hoje moram no São João Batista", dizia. Figura gentil, a generosidade aflorava como uma das marcas da sua personalidade, derramada entre os amigos e o povo que o acolheu. Por várias vezes, distinguiu o autor deste artigo com presentes de valiosos livros de Arquitetura, bem como o brindou com um belo conjunto de fotografias de seus projetos, à parte informações sobre sua vida. Hinko honrou-se e comoveu-se sobremodo, quando, já idoso, numa homenagem de consagração pública, viu montada na Escola de Arquitetura uma exposição de seus projetos, organizada pelos professores arquitetos Marcondes Lima Araújo e Flora Araújo.

O'Grady era neto de irlandeses e diplomado nos Estados Unidos pelo renomado Illinois Institute of Technology. De regresso ao Brasil, trabalhou mais de uma década no Ceará, de início, na antiga IFOCS e, depois, contratado para dirigir as obras de adução de água do açude do Acarape. Em 1926, retornou a Natal, quando assumiu a prefeitura local, posto em que permaneceu até 1930, no qual desenvolveu atividades administrativas vistas com geral consideração. Destituído pela Revolução de 1930, voltou ao Ceará, onde se dedicou à construção civil, mantendo conceituada firma ao longo de décadas. Quando prefeito de Natal, havia contratado um plano de expansão da Capital entregue aos cuidados de Giacomo Palumbo (1891-1966), arquiteto italiano nascido na Grécia, então radicado no Recife, cidade onde elaborou projetos de arquitetura eclética de porte, como o Palácio da Justiça e a sede neocolonial da Faculdade de Medicina. (SILVA, G. G., 1987: p.195-197).

De retorno ao Ceará, O'Grady, profissional já conhecido na Cidade, insistia em que a indefinição do impasse criado pelos desejos de abertura da avenida *versus* construção da sede da Prefeitura, a seu ver, somente poderia ser dirimido com a elaboração de um plano urbanístico, novidade, por certo, desconhecida pela maioria dos fortalezenses.[21]

As ideias de O' Grady sobre a formulação de um plano de decisões urbanísticas integradas entusiasmaram alguns espíritos clarividentes. Ao ensejo, José Cândido de Morais, engenheiro cearense radicado em Pernambuco, provavelmente informado dos fatos, lembrou a um amigo o nome do arquiteto Nestor Egydio de Figueiredo, que se encontrava desenvolvendo planos de remodelação e expansão para o Recife e João Pessoa (GIRÃO, 1943:205-206).

O plano Nestor de Figueiredo

No período pós-revolucionário, os prefeitos municipais eram mudados com rapidez. Assim, num período de pouco mais de um ano, a Cidade foi dirigida pelo médico César Cals de Oliveira (1885-1948), empossado em 8 de outubro de 1930 (MOTA, 1955:150), substituído pelo engenheiro Urbano de Almeida (1900-1982), em 2 de maio de

[21] O autor agradece as informações circunstanciadas sobre a vida profissional de Omar O'Grady, gentilmente prestadas por seu filho, o engenheiro Paulo O'Grady.

1931 (MOTA, 1955:165). Quando o Capitão Roberto Carneiro de Mendonça (1894 – 1946), assumiu o governo do Estado, em 20 de outubro de 1931 (MOTA, 1955:177), Almeida foi substituído pelo então major Manuel Tibúrcio Cavalcanti (1882-1939).

Interessado nos problemas urbanos, o prefeito Manuel Tibúrcio Cavalcanti, tomando ciência da sugestão de Cândido de Morais, convidou Nestor de Figueiredo para visitar a Cidade, sem compromisso. Após alguns dias de permanência, o arquiteto retornou ao Rio de Janeiro, de onde enviou ideias gerais sobre um plano de intervenção física, acompanhado da respectiva memória técnica bem como os custos dos seus trabalhos.

Cavalcanti, tal como seus antecessores, logo também deixou a administração municipal, em 14 de dezembro de 1932 (MOTA, 1955: p. 137), para assumir a Secretaria Estadual da Fazenda, substituído interinamente por Raimundo Girão (1900-1988), seu sobrinho e, na ocasião, Secretário Geral da Prefeitura.

Nomeado prefeito efetivo em 19 de abril de 1933 (MOTA, 1957: 145), Raimundo Girão tomou providências em favor da contratação do plano, pedindo informações técnicas sobre o trabalho ao Instituto de Arquitetos do Brasil e encaminhando a proposta de Figueiredo para debate no "Conselho Consultivo", denominação esta aplicada por Girão à *Comissão do Plano Diretor*. Se o parecer do conselheiro Eurico Duarte recomendava a contratação do plano, com argumentos de impressionante lucidez sobre matéria praticamente desconhecida na Cidade, o "voto em separado do Sr. Julio Rodrigues", opunha-se a tal, flagrantemente. Ainda assim, Girão fez expedir o "Decreto Municipal nº. 108, de 30 de agosto de 1933", que contratava com Nestor de Figueiredo, em 19 de dezembro do mesmo ano, "o plano de urbanização da Fortaleza". (MOTA, 1957:162). Quando o Capitão Carneiro de Mendonça deixou o governo do Estado, conjuntamente com toda a equipe administrativa, Raimundo Girão afastou-se da direção da Prefeitura, em 5 de setembro de 1934 (MOTA, 1958:180). Ao que se cuida, o desenvolvimento do plano ainda prosseguiria dois anos depois, visto que, em depoimento datado de 3 de maio de 1935, o próprio Girão assegurava: "O plano atualmente em estudo, organizado nos moldes e nas regras do moderno urbanismo, deve merecer o apoio incondicional de todos e nunca prevenções desarrazoadas e persona-

listas." (1943: p. 210). A elaboração do plano foi definitivamente suspensa por administração municipal subsequente.

Raimundo Girão guardou mágoa pelo malogro do plano, em cuja elaboração tanto se empenhara. Dez anos depois, narrava a penosa marcha do fracasso em um artigo publicado na *Revista do Instituto do Ceará* (tomo 57, 1943: 205-22), intitulado *Plano de Urbanização de Fortaleza (subsídios para a sua história)*. Aqueles que desejem informar-se dos descaminhos, não apenas materiais, mas também no campo das idéias, devem ler o documento.[22]

O voto contrário ao plano

"O voto em separado do Sr. Júlio Rodrigues", transcrito por Girão na íntegra, preocupava-se com as limitações do erário municipal, sem condições de cobrir "o vulto das despesas, na hipótese, em 140 contos" (na verdade, 120 contos), despendidos para pagar "a simples elaboração do novo plano de urbanização de Fortaleza" (GIRÃO, 1943:217), "obra presentemente desnecessária, sobre suntuosa para as modestas condições de nossa urbe." Consoante o parecer do conselheiro, os planos somente faziam sentido em cidades com mais de dois milhões de pessoas, referência muito distante do "número de habitantes de nossa urbe [que] se elevaria, dentro de meio século a pouco mais de 400 mil" (GIRÃO, 1943:220). Assim, em vez da contratação do plano, então desnecessária, "mais urgente que ela é a criação de um instituto de menores delinquentes ou abandonados" (GIRÃO, 1943:218).

Alusões de Rodrigues a vulto demográfico não faziam sentido, pois cidades como Natal e João Pessoa, bem menores do que Forta-

[22] A citação das datas de posse e substituição dos prefeitos pretendeu demonstrar a rapidez com que, durante o período revolucionário, entre agosto de 1930 e 1936, se operavam as mudanças. A estabilidade administrativa somente se verificou depois que a Cidade conheceu seu primeiro prefeito eleito por voto popular, Raimundo Araripe, empossado em 18 de maio de 1936 (MOTA: 1959: p. 252). Araripe foi mantido à frente da Prefeitura durante o Estado Novo, até 28 de outubro de 1945, quando acompanhou o Governador Francisco Pimentel, demitido por Vargas em 28 de outubro de 1945. (MOTA, 1963: p. 273). Entre a saída de Girão e a posse de Araripe, foram prefeitos Plínio Pompeu de Saboya Magalhães (1892-1994), nomeado em 17 de setembro de 1934 (MOTA. 1958: p. 181), por sua vez, substituído por Gentil Barreira, em 12 de fevereiro de 1935 (MOTA, 1958: p. 194), Barreira manteve-se no cargo até a posse de Álvaro Weyne (1881-1963), em 26 de maio de 1935 (MOTA, 1958: p. 202), nomeado pelo novo governador, Meneses Pimentel. Weyne permaneceu à frente da municipalidade até a posse de Araripe.

leza, haviam contratado seus planos urbanísticos. Na realidade, os 400 mil habitantes mencionados no parecer foram atingidos em 1957, vinte e dois anos depois, em vez de cinquenta. Em 1983, transcorrido o "meio século" mencionado por Júlio Rodrigues, a Cidade já contaria com 1.450.000 moradores.

A opinião de Rodrigues, por mais que pareça insustentável em termos de planejamento, deve ser entendida em um conjunto de posições complexas, assumidas por certas elites culturais da Cidade sobre determinados problemas sociais e técnicos, opiniões, em diferentes épocas, antigas e recentes, invariavelmente expressas consoante a mentalidade autossufciente e personalista de muitos dirigentes.

O material gráfico concernente ao plano de Figueiredo tomou rumo ignorado. Restou uma fotografia de pequenas dimensões, em preto e branco, de procedência ignorada, talvez dos arquivos de Girão, que reproduz um desenho do plano, no qual se evidenciam as idéias do urbanista. Constitui o único documento da autoria de Figueiredo que se conhece, em cópia, aliás. A memória explicativa do plano desapareceu com a rejeição do plano, drama cujos passos foram narrados e parcialmente documentados por Girão, de permeio com decepções e lástimas.

O urbanista Nestor de Figueiredo

Nestor Egydio de Figueiredo (Recife, 1893 - Rio de Janeiro, 1973) tinha ascendência aracatiense. Diplomado pelo Curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes (atual FAU/UFRJ), em 1917, e cofundador do Instituto de Arquitetos do Brasil, em 1920, manifestava verdadeira paixão pelo companheirismo profissional, no Brasil e no exterior, tendo sido agraciado com títulos honorários por um sem número de instituições profissionais nas Américas e na Europa. Foi entusiasmado animador dos congressos internacionais de arquitetos, em especial, no continente americano, havendo ocupado a presidência da União Pan-Americana de Arquitetos. Também mantinha grande interesse na ampla congregação das pessoas, o que explica sua dedicação ao Rotary Internacional, associação cujos objetivos divulgou quando de sua permanência na Cidade. Os esforços de Figueiredo viram-se logo

premiados, quando da fundação do Rotary Club de Fortaleza, em 1933, com Raimundo Girão à frente dos trabalhos.[23]

O autor teve oportunidade de conhecer Figueiredo pessoalmente no IV Congresso Nacional de Arquitetos, realizado em São Paulo em 1954. Anos depois, em 1972, a fim de fixar os testemunhos do urbanista, relativos à fundação do IAB, bem como reter as lembranças que porventura ainda mantivesse sobre sua estada em Fortaleza, solicitou aos arquitetos Amaurício e Eliane Cortez gravassem, no Rio de Janeiro, uma entrevista com Figueiredo, que não se fez de rogado, na ocasião, já idoso, viúvo e privado da visão. Em seu desabafo, na gravação, pode-se imaginar que imagem retinha dos opositores de seu plano.

Nas primeiras décadas do século XX, nos cursos de Arquitetura, ainda não havia ensino sistematizado de Urbanismo. Deste modo, Nestor de Figueiredo veio a consolidar conhecimentos específicos sobre a matéria quando se tornou integrante da equipe que elaborou o célebre plano proposto para o Rio de Janeiro pelo arquiteto francês Alfred Agache.[24]

Considerações sobre o plano de Figueiredo

Na fotografia, que retrata a única prancha do plano conhecida, pode-se apreciar a intervenção física preconizada por Figueiredo para uma área urbana de 1800 hectares, isto é, correspondente a uma cidade de 270 mil habitantes, o dobro e meio da população fortalezense de então, caso admitida uma densidade de 150 pessoas por hectare.. O trabalho intitulava-se *Plano de Remodelação e Expansão da Cidade de Fortaleza / Ante-projeto organizado pelo arquiteto Nestor E. de Figueiredo / ENBA / ICAB / Escala 1:5000* (Figura 1). As siglas ENBA e ICAB significavam Escola Nacional de Belas Artes e Instituto Central de Arquitetos do Brasil, este último assim conhecido antes da abolição da palavra Cen-

[23] A relação entre o sistema Rotary Club e planos diretores de cidades brasileiras da época constitui assunto que tem chamado a atenção de interessados em estudos urbanos.

[24] O ensino do Urbanismo iniciou-se quando da reforma do ensino tentada por Lúcio Costa na Escola Nacional de Belas Artes, em 1931, com prosseguimento nos anos seguintes, época em que Nestor de Figueiredo já estava diplomado, havia algum tempo. A instalação oficial de cadeira pertinente, no Curso de Arquitetura, ainda agregado à ENBA, verificou-se em 1937, quando do concurso para escolha de professor catedrático, efetuado na ocasião, vencido por José Otacílio de Saboya Ribeiro, nome mencionado mais à frente.

tral, quando ficou reduzido para o atual Instituto de Arquitetos do Brasil. A agregação das siglas procedia do fato de que, na época, a profissão do arquiteto (e do engenheiro) ainda não havia sido reconhecida oficialmente. Como se mantinha livre a atuação de práticos no campo do projeto e da construção civil, a indicação das siglas constituía a única maneira com que os diplomados podiam distinguir-se dos não diplomados. Bom tempo após a criação do sistema CREA / CONFEA, os arquitetos ainda faziam referência à sua escola de formação e à sociedade profissional a que pertenciam.

Os comentários sobre o plano de Figueiredo invadem o conjectural, pois apenas se dispõe da pequena fotografia do desenho e algumas referências desconexas, incluídas no voto de Júlio Rodrigues. Infelizmente, nada de objetivo se sabe, quer da respectiva memória técnica, quer de outros desenhos, nem dos custos parcelados dos trabalhos, apresentados apenas no total. A alusão ao vocábulo *anteprojeto* nas legendas da fotografia do desenho leva a crer que havia mais desenhos, além daquele de que temos ciência. A falta de nitidez em certas partes da fotografia que transcreve o desenho, bem como a resolução em preto e branco, sem convenções cromáticas, dificultam a leitura, embora com algum esforço, seja possível tentar o restabelecimento de algumas das diretrizes do plano.

Nem a exiguidade de tempo de permanência na Cidade, nem a limitação de meios de observação, restritos à planta recente da cidade e a voos de reconhecimento em pequenos aviões militares, complementados com fotografias aéreas, nada impediu a elaboração do anteprojeto em curto prazo. Figueiredo revelava, assim, alta capacidade de rápido domínio de espaços em ampla escala. Tendências pessoais e uma formação profissional baseada na prática de diferentes modalidades de desenho, imbricada no constante exercício da visão como meio de apropriação e retenção mental do espaço, habilitavam os arquitetos da geração de Figueiredo, e ainda de gerações posteriores, a efetuar demonstrações de memória visual, admiradas pelos leigos.

À primeira vista, o plano patenteia uma proposta de reformulação do sistema viário da Cidade, bem como logo se percebem decisões concernentes à localização de áreas verdes e de equipamentos de porte, públicos e privados, indutores de padrões vetoriais de ocupação urbana. A apreciação do desenho revela a preocupação de definir uma

área compacta, de interesse do anteprojeto, *grosso modo*, em forma de semicírculo, com raio aproximado que varia entre 4 e 5 quilômetros, cercada por um circuito de avenidas delimitadoras. Observação da rede viária proposta faz ver que Figueiredo manteve e encompridou várias vias então projetadas, mas não habitadas. Ao contrário, porém, não valorizou algumas delas, entre as quais as avenidas Santos Dumont, 13 de Maio, Universidade / João Pessoa, Francisco Sá, Visconde do Rio Branco, cujas funções seriam substituídas por avenidas, geralmente paralelas, amplas, novas ou alargadas.

Mantinha e aumentava a parte central em xadrez, desenhada por Herbster, principalmente no rumo da Aldeota, e envolvia toda essa vasta área, urbanizada ou urbanizável, com circuitos poligonais de avenidas. A Aldeota aparecia cortada longitudinalmente por três avenidas paralelas: a atual rua Pereira Filgueiras, a sequência Duque de Caxias / Heráclito Graça, e uma outra, lançada entre as duas primeiras, avenida, possivelmente com função de eixo monumental, constituída pelas ruas Franklin Távora / Padre Figueira. Procedente do leste, atravessava o centro da Cidade até a atual praça do Liceu, onde se ramificava. Todas essas ruas, então curtas ou não abertas, seriam continuadas, alargadas e transformadas em avenidas. A avenida Santos Dumont, já parcialmente ocupada, permaneceria alheia às modificações. Essa longa avenida, que atravessava a Cidade, tinha origem, a leste, em um edifício de vulto, erguido no centro de vasta praça ajardinada, provavelmente destinado ao Palácio do Governo, marco simbólico de valorização do poder estadual, localizado à altura da atual avenida Desembargador Moreira. Da frente oriental do Palácio, saíam avenidas radiais para leste, enquanto, na face ocidental, se desenvolvia vasta área enobrecida com jardins e edificações administrativas, área limitada pelas duas avenidas paralelas referidas, as quais ladeavam uma longa avenida, eixo do sistema, que nascia no Palácio, atravessava a Aldeota, cortava o centro da Cidade e prosseguia até a atual praça do Liceu do Ceará.

Uma avenida de ligação leste-oeste, pelo centro da Cidade

A longa avenida transversal preconizada por Figueiredo, há pouco referida, procurava resolver de modo objetivo um problema secular que afligia a Cidade, ainda hoje sem solução. Como visto, Paulet recuou diante dos obstáculos provocados pelo pequeno rio Pajeú, pro-

pondo a criação de dois núcleos urbanos estanques. Herbster, quando de sua vez, uniu as bandas da Cidade por meio de uma avenida (Duque de Caxias / Heráclito Graça), entretanto, procurou contornar o riacho em trecho de passagem a vau, bem mais ao sul. Figueiredo, ao contrário de seus antecessores, resolveu encarar o problema. Percebeu que a ampliação do centro comercial para o leste, para Aldeota, bairro de aspirações conspícuas, ainda em formação, se mantinha obstada pelo riacho Pajeú, barreira física facilmente ultrapassável. Assim, optou pela abertura de uma avenida com funções diversificadas, que cruzasse a Cidade de leste a oeste, cuja largura, a fotografia do plano não permite estabelecer. Como objetivo primeiro, a longa avenida visava claramente à ligação da Aldeota, bairro novo, promissor, com a parte antiga da Cidade, varando o centro urbano, de sorte a unir os ricos, a leste, aos remediados, no centro, e ao operariado e à pobreza, área em via de expansão, no oeste. Nos trechos da Cidade já construídos, a avenida seria aberta na parte central dos quarteirões, sacrificando reduzido número de imóveis e quintais. Reproduzia solução aplicada na vitoriosa abertura da avenida de Mayo, que aproveitara o traçado de Buenos Aires, em xadrez, de algum modo semelhante ao da capital cearense.[25] Na parte central, entre a praça do Ferreira e a Escola Normal, a nova avenida serviria de corredor de penetração ao comércio elegante, oferecida em continuidade à dilatação urbana. À falta de um canal de ligação direta, as lojas de melhor categoria, confinadas, viriam a emigrar do atual centro urbano, por salto, em busca da Aldeota.[26]

A "Porta" marítima

Significado especial no anteprojeto merecia a ponte de embarque marítimo, voltada para praça ampla, semelhante à da sede do governo, conquanto em dimensões menores, praça de onde partiam três avenidas em leque. Uma das avenidas tomava o rumo sudoeste, conectada, em frente da

[25] A proposta de Figueiredo permaneceu no imaginário urbano fortalezense, pois, ao ser implantado o Liceu do Ceará, por Clóvis Janja, na parte sul da praça Fernandes Vieira (Gustavo Barroso), em 1937, o novo edifício parecia interromper o prosseguimento da rua Liberato Barroso. Na verdade, a frente do prédio já ficava alinhada pela futura avenida, jamais aberta.

[26] Esse problema espacial, nunca resolvido, responde por uma das causas da decadência do centro urbano (não de todas, é claro). Na área de interceptação do vetor, que deveria ser atravessada pela avenida, permitiu-se a implantação e expansão de um comércio atacadista de abastecimento, inexplicavelmente mantido até hoje, apesar de incompatível com os interesses da Cidade.

Secretaria da Fazenda, à sequência viária Alberto Nepomuceno / Conde d'Eu. Essa via, entretanto, desviava-se de seu curso na altura do Parque da Liberdade, de onde prosseguia pela rua Solon Pinheiro, então alargada em avenida, longa e reta, que dividia a Cidade em duas metades, de norte a sul. Esse sistema viário nascido no porto de então, reproduzia em ponto muitíssimo menor a *Porta do Brasil*, ponto marcante do projeto de Agache para o Rio de de Janeiro. À versão fortalezense, à "Porta do Ceará", como assim se poderia denominar supositivamente, faltava, entretanto, em seu redor, a localização prestigiosa dos edifícios do Congresso e de vastos palácios de uso oficial, preconizados pelo urbanista francês para a Capital Federal.

Outras propostas

A sudoeste, no fim da linha de bondes do Alagadiço (próximo do atual cruzamento das avenidas Bezerra de Menezes e Humberto Monte), reproduzia-se, em escala menor, solução idêntica à proposta para a Aldeota, todavia, destinada agora a um centro administrativo municipal, conjunto paisagístico em que o edifício sede da Prefeitura ocupava ponto focal, cercado por enorme praça. A avenida-eixo do conjunto da administração municipal (Bezerra de Menezes) também se acompanhava de vias paralelas, as atuais avenidas Sargento Hermínio e Jovita Feitosa, retificadas e alargadas. No contorno periférico, entre essa zona e a avenida-eixo da cidade (Solon Pinheiro), Figueiredo aproveitava a lagoa de Porangabuçu, muito maior do que hoje, e o vale do riacho Tauape, regiões pouco habitadas, para desenvolver uma ampla zona verde, de interesse paisagístico. Em torno da lagoa, lançava as pistas de um prado de corridas, além de outros equipamentos de lazer, que não podem ser precisados em decorrência das reduzidas dimensões e da falta de clareza da fotografia do desenho, melhoramentos provavelmente relacionados na desaparecida memória descritiva do plano.

A zona oeste da Cidade recebia uma rede viária de integração, contudo, sem maiores cometimentos, talvez por já se anunciar como zona industrial em implantação, reclamando, pois, amplas quadras por definir. A atual avenida Francisco Sá ficava desconsiderada, certamente porque os acessos às oficinas da Rede de Viação Cearense devessem operar-se na face sul da gleba, interligados ao sistema ferroviário. A Barra do Ceará não recebia qualquer referência no anteprojeto, sem dúvida, pela de-

sativação do hidroporto aeroviário. Ao contrário, ganhava evidência no anteprojeto o novo "campo de aviação", beneficiado com acesso direto, por meio de uma avenida que continuava a avenida Dom Manuel, via que interligava, portanto, a "porta marítima" da Cidade à sua "porta aérea".

O desenho não esclarecia, porém, o tratamento dispensado às praias, embora o plano abrangesse a orla, desde a embocadura do riacho Maceió até o morro da Jacarecanga e os Arpoadores. Na ocasião, em termos de novidade de uso, a antiga Praia do Peixe mudara o nome para Praia de Iracema, solicitada pela valorização social de trecho urbano então nobilitado com casas de veraneio e onde o Ideal Clube havia inaugurado recentemente sua sede marítima.

Fontes do plano de Figueiredo

Como elementos manifestos na concepção do plano de Nestor de Figueiredo, sobressaíam avenidas em leque, convergentes em edifícios de vulto, proposições estas de origem francesa, calcadas em princípios de engrandecimento espacial, parques, zoneamento, fontes hauridas no pensamento de Alfred Agache.

As largas e longas vias públicas em leque, propostas por Figueiredo, vale ressalvar, evocavam história antiga, muito anterior ao automóvel. Abertas em cidades novas desde o século XVIII, visavam à valorização simbólica dos espaços, exigida pelo absolutismo político vigente, embora aplicadas posteriormente em circunstâncias antagônicas. Essas avenidas, convergentes para pontos focais – conjuntos escultóricos, fontes com elevados jatos de água e edificações monumentais, procediam dos projetos de embelezamento de Roma, tentados pelo papa Sisto V, no encerramento do século XVI, proposição admirada e acolhida com êxito em diferentes países. Caracteriza os planos de Versalhes, São Petersburgo, Karlruhe, o desenho de L'Enfant, para Washington, a capital de jovem democracia americana, bem como, em meados de século XIX, a reforma da Paris de Haussmann, com manifesto e permanente sucesso.

O zoneamento, palavra citada no voto de Júlio Rodrigues (GIRÃO, 1943:220), reunião espacial de determinadas funções urbanas, objetivava condicionar a divisão das cidades em zonas dedicadas ao comércio, à indústria e à morada. Apresentava-se como recurso de suma valia nas tentativas de organização racional da cidade. Dizia-se então

Zoning, neologismo de procedência norte-americana, originado de uma questão judicial decidida favoravelmente àqueles que reclamavam da proximidade perturbadora de atividades prejudiciais ao cotidiano dos bairros residenciais. O zoneamento, aplicação urbanística de conceitos ligados ao racionalismo arquitetônico, não deve ser confundido com a divisão territorial da cidade em zonas – central, suburbana e rural, já correntes no século XIX e consideradas mais para efeito de tributação.

Compete, todavia, lembrar que certas características do plano de Figueiredo não derivavam diretamente das fontes ora mencionadas, mas procediam dos ensinamentos e das proposições feitas por Alfred Agache em seu plano para o Rio de Janeiro, conforme já referido. Compreensivelmente, certas ideias de Agache transpareciam no plano elaborado por Figueiredo para o Recife, com rebatimento no desenho que fez para Fortaleza.

Alfred Agache

Agache, Alfred Hubert Donat Agache (1875-1959**)**, arquiteto e urbanista francês, Secretário Geral da Societé Française des Urbanistes, adquiriu renome por suas atividades em seu país e também pela honrosa classificação obtida, no concurso para escolha do plano de Camberra, a nova capital da Austrália, em 1911. Veio ao Brasil em 1927, a convite de Prado Júnior, prefeito do antigo Distrito Federal. Logo em seguida foi contratado para elaborar para um plano de extensão, remodelação e embelezamento da cidade do Rio de Janeiro, plano executado apenas em algumas proposições, visíveis na Esplanada do Castelo. Enquanto os trabalhos anteriores praticamente se atinham a setores físicos, o plano de Agache mostrava preocupações com abrangências da realidade urbana, de sorte que sua equipe reunia numerosos profissionais de competências diversas.

Agache, que atribuía a si a criação da palavra *urbanismo*, assim a conceituava:

> Urbanismo, além de ciência e arte, é, sobretudo, uma filosofia social, sendo definido como um conjunto de regras aplicadas ao melhoramento da edificação, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas, constituindo-se portanto,'a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade, levados a efeito mediante um estudo metódico da geografia urbana e da topografia urbana, sem descurar da soluções financeiras'. (PLANOS, 2009: 30).

A influência de Agache no *Plano de Remodelação do Recife*, concluído por Figueiredo na ocasião, recebeu comentários de Fernando Diniz Moreira, que se ajustam inteiramente ao plano proposto para Fortaleza, ao menos pelo que se pode inferir da fotografia da planta geral que se conhece, complementada com algumas informações incluídas na memória justificativa do urbanista, transcritas no voto em separado de Júlio Rodrigues.

Moreira assim se expressa sobre o plano de Figueiredo para o Recife:

> .... podemos encontrar inúmeros temas do urbanismo formal francês, sobretudo uma forte influência de Agache: seu aspecto maciço, cênico, com muitas perspectivas e visuais, avenidas em Y, praças e conjuntos monumentais e,sobretudo, a idéia de que o edifício forma a cidade. Outros temas de Agache constantes do seu plano do Rio de Janeiro estão aqui presentes como a entrada do Brasil e a idéia de criar-se um bairro exclusivamente de negócios. Figueiredo também propôs um zoneamento para a cidade e um sistema radial perimetral. (MOREIRA, 1999:150).

A influência de Agache foi marcante, não apenas por suas pregações e sua ação, mas, principalmente, pela influência direta sobre a numerosa equipe com a qual trabalhou, e indireta, sobre outros profissionais contemporâneos seus, ainda que muitos dos seus ensinamentos tenham sido posteriormente revisados. As chamadas *Comissões do Plano Diretor*, desde então comuns em muitos pontos do País, eram colegiados assim nominalmente propostos por Agache em suas pregações. Em Fortaleza, transformaram-se em "Conselho Consultivo" (do plano), denominação criada por Girão, talvez como referência tácita substitutiva do Conselho Municipal, isto é, da Câmara de Vereadores, fechada pela Revolução de 1930.

O levantamento aerofotogramétrico do Exército, realizado em 1945

Nas três décadas que compreendem o período que separa o início e o fim das duas grandes guerras do século XX, a Cidade conheceu franco progresso material, comprovado por claras transformações na

sua aparência arquitetônica e ampliação de sua área ocupada. A população do município passou dos 65 mil para 250 mil habitantes, alastrando-se vastamente, como jamais poderia imaginar Herbster, quando da elaboração de sua última planta, em 1888. O crescimento multidirecional não permitia perfeita visualização das mudanças físicas, impossibilitando cadastrar a recente divisão fundiária, embora fossem registrados graficamente os seguidos loteamentos aprovados pela Prefeitura.

Nada restava, pois, salvo recorrer ao emprego de novos processos de registro gráfico. Assim se explica a origem do levantamento aerofotogramétrico dito *Carta da Cidade de Fortaleza e Arredores / Levantada, desenhada e impressa pelo Serviço Geográfico do Exército / 1945 / 1:1000. Rio de Janeiro, 1945*. Não há como informar se o trabalho, executado pelo Exército em 1945, foi pedido pela Municipalidade ou se nasceu de decisão puramente militar. É possível que, nos anos de guerra, notada a pouca ou nenhuma atualização cartográfica de vastas áreas do País, urgia documentar com rapidez e precisão os trechos de maior importância, entre os quais o município de Fortaleza, que se revelara ponto estratégico durante o conflito. Os trabalhos, iniciados em 3 de janeiro de 1944 pelo Grupo Topográfico do Exército, estavam concluídos em 27 de janeiro de 1945. (MOTA, 1963: 232 e 257). As condições em que o levantamento foi executado são desconhecidas, pois, na ocasião, as armas de Aviação, tanto do Exército e como da Marinha, haviam sido incorporadas ao Ministério da Aeronáutica, instituido havia três anos. Provavelmente, os trabalhos se realizaram com aeronaves, agora da Força Aéra Brasileira, mas executados por antigos pilotos e com equipamento manejado por grupo integrante do Serviço Geográfico do Exército, íntimo das técnicas de aerofotogrametria empregadas.

O levantamento de 1945 é um dos trabalhos de mais perfeita documentação gráfica que a Cidade conheceu. Perfeito, no rigor das indicações; perfeito, na impressão das pranchas, postas à disposição de quantos desejassem guardá-las em seus arquivos pessoais. O emprego da escala de 1:10.000 permitia a apresentação de curvas de nível a cada cinco metros, mas exigia que os desenhos se desenvolvessem em oito pranchas. Pela primeira vez, na história fortalezense, via-se, não apenas a cidade construída, mas se tornava possível avaliar a dimensão das glebas já loteadas e, principalmente, fazer idéia das vastas áreas por ocupar, percebidas em seu relevo, nos cursos d'água, nas inúmeras e amplas lagoas, hoje parcial ou

totalmente aterradas. Lamentavelmente, parece ter desaparecido o acervo de fotogramas do levantamento, do qual restou uma pequena fotografia da restituição conjunta dos mosaicos, cuja qualidade e escala permitem examinar, o "retrato" da cidade em 1945, todavia, com algumas dificuldades. A Biblioteca do CAU/UFC possui uma coleção do levantamento do Exército, embora falte um dos desenhos, sumido de forma misteriosa. Trata-se de fato sem explicação, tendo em vista que as consultas, eventualmente feitas à coleção, sempre se operaram por meio de cópias xerográficas dos originais.

O plano Saboya Ribeiro

Recusada a proposta de Nestor de Figueiredo, a ampla divulgação das plantas do levantamento aerofotogramétrico do Exército, pode-se admitir, induziria e facilitaria a possibilidade de elaboração de novo plano urbanístico de que a cidade tanto se ressentia. Conquanto a matéria não fosse objetivamente discutida na Cidade, o urbanista cearense José Otacílio de Saboya Ribeiro, radicado no Rio de Janeiro, foi convidado a examinar a questão por iniciativa do general Machado Lopes, recém-chegado interventor federal no Estado. José Machado Lopes (1900-1990), general e, depois, marechal, era nome de alto prestígio como comandante expedicionário na Itália. Fora designado interventor no Ceará pelo presidente Dutra, no chamado período da redemocratização, ocorrida por degraus, do âmbito federal ao municipal. Demorou no cargo por pouco mais de três meses, em missão temporária, à espera da posse do novo governador eleito, o desembargador Faustino de Albuquerque de Sousa, posse na verdade, que não presenciou, pois deixou o Ceará um pouco antes. Machado Lopes ficaria nacionalmente conhecido quando, no comando militar do Rio Grande do Sul, participou com destaque da campanha promovida por Leonel Brizola em favor da manutenção da ordem constitucional, em perigo, após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961.

José Otacílio de Saboya Ribeiro

José Otacílio de Saboya Ribeiro (Fortaleza, 1903 - Rio de Janeiro, 1969) diplomou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio

de Janeiro em 1930, dedicando-se a atividades rodoviárias. Em 1935, tornou-se membro da Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro e, em 1936, prestou concurso de engenheiro sanitário na antiga Inspetoria (Municipal) de Águas e Esgotos, cargo em que veio a projetar um estudo de abastecimento de água para o Rio de Janeiro. Em 1937, obteve, por concurso, a recém-criada cátedra de Urbanismo do Curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes. Vale lembrar que, posteriormente, por decisão da Reforma Capanema, o Curso de Arquitetura, então agregado à ENBA, tornou-se autônomo, transformando-se na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, atual Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da qual Saboya Ribeiro foi diretor entre 1964 e 1967. Entre outros encargos, no âmbito da administração pública, o urbanista dirigiu a Prefeitura de São Luís do Maranhão, em 1937, e a Diretoria de Parques e Jardins da cidade do Rio de Janeiro, em 1961.

Saboya Ribeiro em Fortaleza

As informações sobre a presença de Saboya Ribeiro, com vistas à elaboração do plano, permanecem confusas, como se deduz da apreciação dos acontecimentos. Machado Lopes, autoridade até então sem ligações com o Ceará, chegou à Cidade como interventor federal em 28 de outubro de 1946. Pouco tempo depois, ausentou-se em viagem ao Rio de Janeiro, ocasião em que, mantidos entendimentos com Saboya Ribeiro, por certo rápidos, o trouxe em sua companhia, quando de regresso ao Ceará, em 8 de dezembro de 1946 (MOTA, 1963: 296). Incumbido do plano, Saboya logo retornou ao Rio de Janeiro, mas já estava de volta a Fortaleza em 2 de fevereiro de 1947, agora "contratado pela Prefeitura Municipal", "encarregado de elaborar o plano de urbanização da capital cearense". O urbanista cumpriu sua missão profissional velozmente, pois, em 26 de fevereiro, foi expedido "o Decreto municipal nº. 785, que aprova o *Plano Diretor para a Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza*, executado pelo urbanista José Otacílio de Saboya Ribeiro" (SOUSA, 1964: 120). Vale registrar que, desde 28 de janeiro, Machado Lopes, como dito, já havia deixado o Ceará, portanto, bem antes da aprovação do plano e também das posses do novo governador eleito, Desembargador Faustino de Albuquerque e

Sousa, e do prefeito, o médico José Leite Maranhão, ocorridas em 1º. de março de 1947. (SOUSA, 1964: 121).

A rápida elaboração do plano pode ser explicada pelo fato de que o urbanista conhecia a Cidade, sobre a qual cultivaria ideias longamente amadurecidas. Talvez até já registrasse sob forma de rascunhos, efetivamente desenhados quando passou a dispor do levantamento executado pelo Exército em 1945. Apressados, na verdade, teriam sido os passos da contratação, aprovados por autoridades já ou logo afastadas do poder. Os dissabores provenientes de recusas e alterações impostas ao plano, por falta de fiadores administrativos e culturais, certamente foram até ultrapassados por contrariedades provocadas pela impontualidade financeira da municipalidade fortalezense, que não teria honrado todos os compromissos financeiros assumidos contratualmente.

A rejeição do plano Saboya Ribeiro por autoridades municipais, por empresários e por setores influentes da imprensa e da intelectualidade fortalezenses é fato lastimável, não apenas pela rejeição do plano em si, mas principalmente pela origem da rejeição, nascida de campanha obstinada, surgida na Associação Cearense de Imprensa, que se alastrou, com envolvimento avolumado de diferentes grupos formadores de opinião pública na Cidade. Como se verá, o movimento, inacreditavelmente, partiu de um engano primário, cometido por jornalistas, na leitura e interpretação da memória descritiva e dos desenhos do plano, logro acompanhado por terceiros.

O *Plano Diretor para remodelação e extensão da cidade de Fortaleza*

O *Plano Diretor para Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza* foi lançado inicialmente em um desenho menor, na escala 1:20.000, executado em "junho de 1947" (Figura 2), posteriormente substituído por outro desenho maior, na escala 1:10.000, em versão final, datado de "2 de dezembro de 1948", enorme prancha (1,60m x 1,00m). Ambos os desenhos foram executados no Rio de Janeiro, acompanhando-se o último de extenso relatório, no qual ficavam evidenciados os fundamentos e as proposições do plano. Saboya Ribeiro apoiou-se diretamente no levantamento aerofotogramétrico realizado em 1945 pelo Serviço Geográfico do Exército, cujas linhas transparecem no desenho

final do plano. Em boa hora, por iniciativa de Raimundo Girão, o documento explicativo do plano foi transcrito na íntegra pela *Revista do Instituto do Ceará* (t. 69, 1955: 215-43), sob o título "Memorial justificativo do plano diretor para a cidade de Fortaleza", texto antecedido de um histórico da evolução urbana da Cidade. Na ocasião, acrescente-se, o urbanista também redigiu nova versão do código urbano, em substituição à de 1932, intimamente correlacionada com as diretrizes propostas, entre as quais, as intervenções físicas incluídas no plano.

O plano diretor previa futura manutenção e desenvolvimento de 36 bairros com 495.664 habitantes. Cobria uma área de 41.856.186 m^2, isto é, um pouco menos de 50 km^2, com uma densidade média de 118 hab. / ha. Ocupava, assim, apenas 15 % do município, superfície relativamente reduzida em termos de futura expansão, além de limitada por uma projeção demográfica tímida**,** pois estimava apenas alcançar o dobro da população da cidade na ocasião, a qual seria ultrapassada treze anos depois. O denominado "centro" da Cidade, com 1,85 km^2, tinha uma densidade mais elevada de 374 hab. / ha, índice que pede reflexão, se posto em confronto com números atuais. Havia bairros com densidades previstas para mais de 150 hab. / ha (Aldeota, Moura Brasil, Visconde de Pelotas), mas, em maioria, isto é, em 23 bairros, flutuavam entre 100 e 150 hab. / ha, apesar de que, em oito bairros, ficassem previstas densidades inferiores a 100 hab. / ha (entre 100 e 61 hab. / ha). De modo geral, os bairros tinham de 1 a 1,5 km^2 de área, mas apareciam alguns bem menores, como Moura Brasil, Soares Moreno e Volta da Jurema (este com apenas 0,4 km^2). O plano destinava-se a uma área predeterminada, definida por um contorno, limitado a leste e ao sul pela ferrovia Cais do Porto – Parangaba, até o cruzamento com a Avenida João Pessoa, ponto este em que o circuito seguia para oeste pela atual Avenida Humberto Monte, até as Oficinas do Urubu (RVC).

Amplas glebas ficavam reservadas para usos determinados. Na parte sul da cidade de então, ao longo de todo o vale do riacho Tauape, entre a lagoa de Porangabuçu até a avenida Visconde do Rio Branco, na saída para Mecejana, estendia-se o Parque Municipal. Na época, todo esse trecho correspondia a uma vasta zona ocupada por capinzais destinados à alimentação de gado leiteiro das vacarias que alimentavam a Cidade. Quanto às ferrovias, o plano as separava em serviços suburbanos e viagens de longo curso, pelo que previa, para a

segunda modalidade, nova e ampla estação, localizada no cruzamento das atuais avenidas José Bastos e Bezerra de Menezes.

Fora do perímetro delimitador do plano, ficavam o Centro Universitário, no atual Papicu, o Centro Aeronáutico, a sul, o Centro Agronômico, a oeste, e o porto, em instalação, no Mucuripe. O território situado fora da delimitação urbana, não ocupado, figurava como zona rural, matéria sem interesse para o plano.

Do ponto de vista espacial, o urbanista tentava estabelecer uma "nova estrutura urbana", superposta ao desenho de Herbster, já superado, havia muito, ampliando-o enormemente, consoante as novas necessidades, entre as quais avultavam os futuros problemas de circulação. Propunha, portanto, um "sistema de avenidas", composto de radiais, sub-radiais e transversais, integradas um conjunto de "circuitos" (exterior, intermediário, comercial e de irradiação), à parte as "avenidas-canal", que aproveitavam os riachos e suas margens, quer como guias naturais de esgotamento de águas pluviais e de esgotos, quer como elementos paisagísticos, "com traçado pitoresco de vias mais ou menos curvas, formando um contraste agradável com as vias retas e tradicionais". (RIBEIRO, 1955: 253).

A implantação de avenidas, poucas já abertas e muitas por introduzir, também serviam para definir espacialmente os limites dos bairros, até hoje, imprecisos A medida, relacionada com a trama fortalezense, contínua, em retícula, desenvolvida em terreno plano, sem hierarquias espaciais, fazia-se e ainda se faz necessária em favor de melhor apreensão do espaço urbano.

As avenidas, a abrir ou alargadas progressivamente, visavam a amenizar futuros problemas de tráfego por meio de uma malha superposta aproximadamente a cada quinhentos metros, proposição de que resultaria a implantação de algo semelhante a um conjunto de super-quadras, no interior das quais as ruas funcionariam como vias de tráfego local. Em consequência, os semáforos seriam implantados em cruzamentos, pelo menos, distantes de quatro quarteirões, o que não ocorre na Cidade atual.

Conhecedor abalizado da forma e da história da forma urbana, Saboya tinha clara noção da escala espacial e das limitações financeiras e técnicas da sua cidade natal. Por tais razões preconizava o alargamento de muitas ruas, quase sempre de "modo progressivo", solução já

então e posteriormente aplicada, sem maiores traumas, em muitas grandes cidades brasileiras, embora jamais efetivamente tentada em Fortaleza.

Alargamentos progressivos, cumpre esclarecer, eram aqueles aplicados à medida que os proprietários dos imóveis desejavam modificá-los substancialmente ou demoli-los, a fim de fazer obra nova. Esses modos de alargamentos participavam do quadro das intervenções a longo prazo. Na época, as cidades brasileiras maiores já começavam a passar por operações radicais de remodelação urbana, marcadas, ora com descarte das velhas edificações, de uso comprometido, ora em busca do emprego de outras tipologias arquitetônicas, de tal sorte que os próprios donos dos imóveis, por pressa nos investimentos, quase sempre cediam graciosamente os trechos a recuar, certos dos benefícios compensatórios. No plano Saboya Ribeiro, esses alargamentos poderiam ser aplicados sem problemas nas "ruas", em vista da profundidade média dos lotes, em torno de 50 metros. Deparavam, todavia, dificuldades nas "travessas", como Guilherme Rocha e São Paulo, praticamente constituídas por pequenas edificações, levantadas em lotes mínimos. Por este e outros motivos, uma comissão do Clube de Engenharia opunha-se ao plano, que iria provocar "uma derrubada quase geral do centro da cidade" (LEAL, A. B., op. cit., p. 145). Não esclarecia, contudo, que os alargamentos ocorreriam a longo, a longuíssimo prazo.

No campo de suas preocupações, Sabóia Ribeiro sabia dos embaraços que provocaria promovendo intervenções físicas solicitadas para ajustar, a novas realidades, um risco em xadrez herdado do século XIX, sem hierarquias espaciais. Os cuidados do urbanista anteviam problemas que constituiriam fonte de futuras complicações no tráfego motorizado fortalezense. Ao mesmo tempo, sabia que suas propostas poderiam colidir com um entendimento, sobre o traçado urbano, que alimentava a vaidade dos fortalezenses, tido como "certo" pela população, contraposto à malha espontânea, "errada", de outras cidades brasileiras,[27]

[27] Forma e da história da forma urbana constituíam matéria exposta com profundidade por Saboya Ribeiro em suas aulas da cadeira de Urbanismo, enriquecidas com bibliografia selecionada. O exame de sua obra póstuma *Evolução Urbana* (1a. parte), publicada pela família, comprova a assertiva. Nas apreciações macroespaciais, o pensamento de Saboya amparava-se na Geografia Urbana e na História. Esta última considerada, não em busca de reproduzi-la, mas a fim de fundamentar seus pontos de vista.

fato que já havia preocupado seu antecessor Nestor de Figueiredo. A propósito, em termos de justa valorização dos sistemas viários consagrados por Saboya Ribeiro, não se deve esquecer de que a qualidade de vida urbana não procede apenas dos atributos ambientais, rebatidos em um desejável intercurso social. Na verdade, todas as vantagens se inviabilizam pela falta de acessibilidade franca, em particular, daquela proporcionada pelos transportes coletivos.[28]

A avenida que frustrou o plano

Quanto a alargamentos forçados, Saboya Ribeiro manteve o projeto de interligação da zona leste com a zona oeste por meio de uma avenida, já preconizada no plano Nestor de Figueiredo. Não pôde, entretanto, fazê-la cortar a parte central dos quarteirões, pois, na praça do Ferreira e cercanias, já se elevavam edifícios de porte, dois deles destinados a grandes e modernos cinemas. Assim, propôs o alargamento da estreita rua Liberato Barroso, medida que redundou numa forte campanha contra o plano, patrocinada por vários setores, quer da imprensa, quer da Cidade. Em dias posteriores à entrega do plano, a Associação Cearense de Imprensa havia recebido, por doação municipal, duas casas antigas pertencentes à Prefeitura (depois, mais uma), situadas na esquina da rua Floriano Peixoto com a continuação da rua Liberato Barroso. Como os lotes seriam absorvidos pelo alargamento da avenida projetada, em vez de ser sugerida uma negociação de troca ou outra forma de indenização, até com vantagens para a ACI, estabeleceram-se longos debates entre jornalistas os quais se mantinham, uns radicalmente contra o plano, e outros que o defendiam, em benefício do futuro da Cidade.

Essa divergência posta em penumbra, raras vezes comentada posteriormente, caiu no esquecimento. Em boa hora, Ângela Barros Leal, em livro recente, publicado em comemoração aos 85 anos da Associação Cearense de Imprensa, reconstituiu com imparcialidade as

[28] Um dos assistentes de Saboya Ribeiro, o professor Stélio Moraes, havia estagiado nos Estados Unidos, ocasião em que frequentou cursos de tráfego urbano. De regresso, em suas preleções, embora reconhecesse que, na ocasião, o Rio de Janeiro ainda estava longe de deparar os problemas que havia conhecido, aliás, agravados pelo traçado em xadrez da maioria das cidades americanas, lembrava que um dia, talvez não muito distante, as cidades brasileiras também enfrentariam situação parecida...

ocorrências lastimáveis, apresentadas em alentado capítulo, escrito à vista das atas da ACI, bem como de notícias dos jornais e atos administrativos do Município.[29]

Para melhor compreensão dos fatos, resumem-se algumas das informações obtidas por Ângela Barros Leal, segundo as quais a doação das casas não foi matéria pacífica. A luta entre vereadores, jornalistas e intelectuais, uns, propugnadores da edificação da sede da ACI, no local, e outros, defensores do futuro da cidade, alongou-se por bom tempo, ultrapassando mandatos de prefeitos, então já eleitos por voto popular. A posse do prefeito eleito Acrísio Moreira da Rocha, em 6 de janeiro de 1948, posterior em um ano à data da assinatura do Decreto municipal nº. 785, em 26 de fevereiro de 1947, que aprovava o plano, prenunciou o primeiro embargo às proposições de Saboya Ribeiro. Meses depois, em 10 de setembro de 1948, o mesmo prefeito, em atendimento a decisão da Câmara Municipal, "doava [...], para construção" do "Palácio da Imprensa", "duas casas que pertenciam à Prefeitura, localizadas na Rua Floriano Peixoto, no cruzamento com a Rua Liberato Barroso, pertinho da Praça do Ferreira." (LEAL, A., 2011:110). Essa "decisão que 'punha em discussão um plano urbanístico assinado' por Sabóia Ribeiro" (LEAL, A., 2011:121), ainda manteve possibilidades de execução do plano, aparentemente inviabilizadas com o lançamento da Pedra fundamental do edifício, em 13 de maio de 1952. (LEAL, A., 2011:145).

O início das obras conheceu seguidos adiamentos por ação de um grupo menor de vereadores, invariavelmente derrotados, que defendiam a integridade do plano urbanístico aprovado por lei, debates que ocorriam na Câmara Municipal, pois, fosse o plano cumprido, a ACI perderia os terrenos doados. Em caso contrário, abriria precedente para gradativo e total descumprimento do plano. Em certa ocasião, ou melhor, ainda "a 23 de outubro de 1952", na Câmara Municipal de Fortaleza, os opositores do plano solicitavam adiamento, por duas décadas, do início da aplicação da lei aprovada (LEAL. A., 2011: 163), prorrogação com a qual certamente procuravam livrar-se de futuras execrações. "É um absurdo. Daqui a 20

[29] O livro intitula-se *Associação Cearense de Imprensa. 85 anos na pauta do Ceará*. Fortaleza: ACI, 2011. Os antecedentes da campanha pela obtenção da sede própria da entidade e da doação do terreno e suas consequências nos interesse da Cidade, bem como os percalços deparados na construção da sede da ACI, integram o longo capítulo intitulado "A sede própria". (2011: 62-216).

anos os problemas da cidade serão infinitamente mais difíceis de se resolverem", protestava com veemência e justa razão o vereador José Caminha de Alencar Araripe. (LEAL, A., OP. CIT., 163). Em vista das dificuldades financeiras enfrentadas pela ACI, somente após sete anos de duração das obras, em 4 de setembro de 1959, ocorreu a inauguração do edifício, quer dizer, mais de doze anos depois da aprovação do plano rejeitado.

Vaidade corporativa, leviandade ou má-fé?

Durante bom tempo o autor deste trabalho não pôde encontrar explicação cabível para a celeuma, com interrogações maiores quando percebeu – pasme-se! - que o alargamento proposto para a rua Liberato Barroso não atingia o terreno doado à ACI pela Municipalidade! Segundo redação do próprio Saboya Ribeiro, eis o que se lê nos itens da "Ossatura do PLANO DIRETOR": 8) – AVENIDA RADIAL LIBERATO BARROSO – Esta será constituída pelo alargamento para 27,00m (vinte e sete metros) da rua Liberato Barroso (antiga das Trincheiras), devendo este alargamento ser feito sempre pelo lado par até a praça Fernandes Vieira.", asserção confirmada no desenho final do plano, concluído em 2 de dezembro de 1948. O terreno da ACI, conquanto não se encontrasse propriamente na rua Liberato Barroso, mas na esquina de quarteirão contíguo, aberto em continuação da via, estava localizado, para efeito do plano, no lado impar da rua, quer dizer, no lado oposto ao alargamento! Ainda que o futuro imóvel fosse realmente atingido, nada custaria aceitar as proposições do plano, solicitando à Prefeitura a troca do terreno doado por outro, até com maior área e em ponto privilegiado.

Apesar da clareza das indicações, quatro anos depois da apresentação do plano, o início das obras do Palácio da Imprensa continuava interditado, com desgastante e prolongada discussão da matéria, negativa para a aceitação do plano, praticamente já rejeitado!... Convém assinalar que, a fim de dirimir dúvidas, na verdade, inexistentes, a Prefeitura convidou Saboya Ribeiro a visitar a cidade, ocasião quando, mal chegado, em 8 de julho de 1952, já cobrava a dívida de Cr$650.000,00, concernente aos honorários dos seus trabalhos profissionais contratados havia quatro anos, e cujo pagamento ainda não fora honrado pela municipalidade! (LEAL, A.B., OP. CIT., p. 157).

Ao ensejo, Saboya debateu o texto do Código de Obras, que elaborara, aprovado em 12 de agosto de 1952. (LEAL, A.B., OP. CIT., p. 161).[30]

Confuso, sem atinar o motivo de tantos embaraços prolongados, o autor deste artigo supunha que os acalorados e infindáveis debates procedessem de posterior alteração no lado de alargamento, transferido para a face impar da rua, por sinal, medida improvável, pois iria destruir o Theatro José de Alencar. Segundo as recentes pesquisas de Ângela Barros Leal, apresentadas no livro referido, conclui-se que realmente todos - defensores e oponentes, haviam laborado em erro coletivo! Erro, acredite-se, somente descoberto anos depois, conforme se penitenciava Perboyre e Silva, presidente da ACI, no jornal *Gazeta de Noticias*, de 22 de junho de 1952, em artigo denominado "Eureka!" O articulista vinha a público revelar que "Mozart Soriano Aderaldo descobriu o Memorial Justificativo do Plano Diretor, trabalho da lavra do competente Saboya Ribeiro, enviado em junho de 1947 ao Dr. Jorge Moreira da Rocha", então prefeito, e remetido à Câmara Municipal na ocasião. E assim concluía sua declaração, confessando: "Notável o que me revelou Mozart: o Plano Saboya Ribeiro NÃO ATINGIRIA NEM PREJUDICARIA o terreno onde a ACI pretende erguer seu edifício (...)". (LEAL, A.B., OP. CIT., p. 155).

Quando Aderaldo "descobriu" o Memorial Justificativo, cinco anos depois da apresentação oficial do documento (onde até então estaria escondido?), e Perboyre logo divulgou o equívoco, o plano Saboya Ribeiro já fora desconsiderado. Hoje, embora já transcorrido tanto tempo, torna-se inadmissível, inconcebível até, que pessoas responsáveis, envolvidas em embates apaixonados sobre o plano, não houvessem lido, ao longo de todo um lustro, o texto entregue à Municipalidade, nem sequer em suas decisões básicas!...

Não se vislumbra, portanto, como encontrar explicações sobre fatos lastimáveis, decorrentes de um comportamento impregnado da ingênua vaidade corporativa, por parte de uns, da leviandade inconsequente, externada por outros, ou, sem dúvida, da má-fé de outros mais, grupo numeroso que reunia as mais destacadas figuras na vida social e cultural da Cidade de então.

---

[30] Professor de Urbanismo do autor deste trabalho, Saboya Ribeiro queixava-se amargamente em sala de aula de haver sido ludibriado pela prefeitura de sua cidade natal, recomendando aos alunos que dividissem futuros contratos profissionais em parcelas, somente dando inicio à fase seguinte, após ter sido quitada a fase anterior...

Paradoxalmente, deve-se mencionar que, conquanto o plano fosse refutado, o Código de Obras do Município de Fortaleza, da autoria de Saboya Ribeiro, de modo curioso e contraditório, permaneceu adotado correntemente por bom tempo. Foi aprovado pela Câmara Municipal e devidamente assinado pelo seu presidente, vereador Leôncio Botelho, em 16 de maio de 1950. De modo estranho, porém, somente mais de dois anos depois apareceu publicado no *Diário Oficial do Município*, Ano I, nº. 107, de 29 de novembro de 1952, reproduzindo texto pertinente à Lei nº. 188, da mesma data, e assinada pelo mesmo vereador presidente da Câmara. O Código compunha-se de 494 artigos. Enfatizava a construção civil, especificamente no âmbito dos materiais e das técnicas de execução, bem como formulava dimensionamento pormenorizado dos espaços públicos e particulares, acompanhados das devidas exigências de uso. Vale ressaltar que as diretrizes físicas do Plano Diretor de Saboya Ribeiro integravam o trecho final da Lei nº. 188, compreendendo todo o Título IV, Capítulo I, do artigo nº. 474 ao artigo nº. 486.

Dois meses depois aprovado o Código, modificações no sistema viário já constavam do *Diário Oficial do Município* nº. 153, ano I, de 3 de fevereiro de 1953, conforme a Lei nº. 609, do dia anterior. Surgiam "alterações e correções" no novo texto legal, devidamente aprovado na Câmara Municipal e sancionado pelo prefeito Paulo Cabral de Araújo. A Secretaria Municipal de Obras, a fim de contornar entraves, ainda reexaminaria as propostas de Saboya, na realidade, totalmente já comprometidas. Houve tentativas de revisar o plano, conforme uma versão trasladada a desenhos executados em pranchas menores, mas com escala ampliada, que consideravam os bairros separadamente.[31] A Biblioteca da Escola de Arquitetura possui cópia do conjunto desses desenhos, cujas respectivas modificações podem ser cotejadas com a enorme prancha do plano original, assinado por Saboya Ribeiro.

[31] Ausente de sua cidade por longo tempo, ao visitá-la, em 1952, o autor deste artigo decidiu conhecer a Secretaria de Obras do Município. Conquanto pessoa estranha ao meio profissional fortalezense, foi recebido com demonstrações de fidalga gentileza pelo titular do órgão, o engenheiro José Helito Gondim Pamplona. Na ocasião, a par de ter ciência dos fatos reprováveis ocorridos e receber explicações técnicas sobre os trabalhos em curso, foi presenteado com valiosa documentação, escrita e gráfica, copiada dos arquivos da repartição. Anos depois, Pamplona e o autor deste trabalho seriam colegas de magistério na jovem Escola de Engenharia da Universidade Federal do Ceará, em período quando estreitou fraterno relacionamento com o saudoso amigo.

Ainda aerofotogrametria: o levantamento de 1960/63

Novo levantamento aerofotogramétrico da cidade foi iniciado em 1960, mas somente entregue em 1963, realizado mais uma vez pelo Serviço Geográfico do Exército. O trabalho, executado na escala de 1:5000, compunha-se de um conjunto de 16 pranchas, sob o título *Serviço Geográfico do Exército. Fortaleza. Diretoria do Serviço Geográfico. Escala 1:5000. Rio de Janeiro, 1963.* Na ocasião, os desenhos pertinentes podiam ser adquiridos com facilidade bem como os próprios fotogramas, revelados em escala de 1:2000, consultáveis por meio de estereoscópios de bolso. O autor conseguiu organizar um conjunto de cópias desse levantamento, todavia, sem encontrar a prancha nº. 6, correspondente ao centro da cidade.

O levantamento de 1973

À guisa de complementação da notícia, assinale-se que dez anos depois, em 1973, um consórcio formado pela Prefeitura e outras entidades contratou novo levantamento aerofotogramétrico. Os trabalhos, que abrangiam praticamente todo o Município, resultaram num conjunto composto por 186 pranchas, nas quais estava cadastrada toda a cidade, de modo pormenorizado, em escala de 1:2.000. A Biblioteca da Escola de Arquitetura conserva uma coleção completa dos desenhos, entretanto, com muitas pranchas em precário estado de conservação, tal o uso que delas têm feito os alunos ao longo do tempo. A coleção intitula-se *Prefeitura Municipal de Fortaleza / Levantamento Aerofotogramétrico / Cidade de Fortaleza / 1:2000 / Executado por Serviço Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul / 1973 / Prefeitura Municipal de Fortaleza / CAGECE / Companhia Telefônica do Ceará / Rio de Janeiro, 1973.*

Nota sobre levantamentos executados por empresas privadas

De certo modo, conquanto matéria alheia ao tema desta palestra, o levantamento aerofotogramétrico de 1973, executado na escala de 1:2000, ora vai mencionado pelo fato excepcional de suas pranchas não haverem desaparecido!... Como dito, o uso continuado do levantamento no Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará tem provo-

cado o natural desgaste do material compulsado. Infelizmente, não há como conseguir cópias novas das pranchas, nem muito menos dos respectivos fotogramas, já que o trabalho, realizado por encomenda da Prefeitura Municipal de Fortaleza, da CAGECE e da antiga Companhia Telefônica, foi executado por uma empresa privada hoje desaparecida, a LASA (Levantamentos Aerofotogramétricos Sociedade Anônima), subsidiária da empresa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, incorporada há muito anos pela VARIG, esta por sua vez absorvida por terceiros. Torna-se, portanto, praticamente inviável resgatar o material cartográfico original, com destino hoje ignorado.

Monsieur Costá, architecte urbaniste

Por volta de 1960, o pequeno grupo de arquitetos da Cidade foi surpreendido com a presença de um urbanista desconhecido, vindo do Rio de Janeiro a convite do então prefeito Manuel Cordeiro Neto. Limitações físicas do meio urbano e acasos permitiram que os colegas locais tivessem oportunidade de manter contato com o recém-chegado, figura que se identificava por via de um currículo profissional rocambolesco. A demora do urbanista em Fortaleza foi curta, pois que, convidado a apresentar-se em ambientes sociais elegantes, se comprazia em chocar os presentes, principalmente o mundo feminino, com histórias fantásticas de sua vida boêmia parisiense, às vezes entremeadas de episódios fesceninos.[32]

Essa figura excêntrica, de quem o prefeito logrado prontamente se desvencilhou, chamava-se Cláudio Manuel da Costa, logo conhecido como – *o Inconfidente*, referência jocosa, em lembrança de seu homônimo ilustre. Por bom tempo, a meteórica presença do arquiteto na Cidade e sua tumultuada biografia foram lembradas pelos colegas cearenses como páginas de humor. As dimensões do texto, é pena, não permitem relatar mais do que um ou outro fato da singular passagem do

[32] Em sessões realizadas nos salões de um clube elegante, o urbanista explicava que, em decorrência do calor no verão do Rio de Janeiro, ele e a mulher (a atriz A. A.) costumavam espairecer na varanda do apartamento em trajes paradisíacos. Assim, por supor que o clima fortalezense estimulasse práticas idênticas e a fim de colher informações sobre o comportamento da população, dirigia-se à platéia com ar fingidamente ingênuo, quando, escolhendo este ou aquele respeitável casal, lhes pedia resposta confirmativa de hábitos familiares semelhantes...

"Inconfidente" por terras alencarinas. Filho do escritor Luís Edmundo, festejado membro da Academia Brasileira de Letras, Cláudio detestava o pai, que o havia abandonado, a si e a mãe, senhora francesa. Vivera em Paris, onde havia cursado a École des Beaux Arts.

As proezas do *urbaniste Costà* envolviam uma estada na União Soviética em fins da década de 1920, nos tempos do plano quinquenal desenvolvido por Stalin. Na ocasião, trabalhara numa equipe de colegas europeus (estes devidamente nomeados), alguns famosos, ocasião em que fora agraciado com uma medalha de reconhecimento. Como, durante sua ausência, havia deixado de cumprir os preceitos legais pertinentes à profissão, de retorno à França, viu-se destituído do título e obrigado a trabalhar para terceiros. Entre estes, encontrava-se o nome famoso de Berthold Lubetkin (1901-1990), arquiteto russo radicado na Inglaterra, que o convidara para participar do projeto do Jardim Zoológico de Londres.

Em 1939, deflagrada a Guerra, decidiu voltar para o Brasil em companhia da mãe. Ao passar de navio pelo Recife, em pleno Estado Novo, teve de explicar, à polícia de Agamenon Magalhães e à imprensa, suas ligações com Stalin, na verdade, profissionais e não ideológicas, além de realizadas em equipe.... Radicado no Rio de Janeiro, tornou a trabalhar para terceiros, pois não podia registrar-se no CREA. Assim permaneceu até a queda de Vargas, quando o novo presidente, José Linhares, enveredou pela imediata adoção de medidas de declarado de nepotismo, entre as quais, decretou a equiparação dos diplomas da Beaux Arts parisiense aos congêneres brasileiros, a fim de favorecer um sobrinho. Cláudio Manuel, amparado pela medida, dirigiu-se ao CREA em busca de sua carteira profissional, a qual exibia de público como um troféu. Regularizada sua situação e ativo na prancheta, havia-se inscrito, de parceria com um colega, em um concurso patrocinado pelo antigo IAPC, pertinente à construção de um *Lar da Comerciária*. Vitorioso no concurso, inacreditavelmente o prêmio não lhe fora pago nem assinado contrato para desenvolvimento dos trabalhos. Em consequência, formara circunstanciado processo por meio de advogado prestigioso, de sorte que, reavaliados e atualizados os débitos, ele, Cláudio Manuel, se sentia transformado em novo milionário. Como comprovante, exibia uma folha de papel, na qual, a soma das parcelas dos débitos, redundava num total fabuloso.

Feliz ou infelizmente, a curta demora do urbanista na Cidade não lhe permitiu traduzir em desenhos os eflúvios de sua imaginação fértil Uma pena, por certo.[33]

O plano Hélio Modesto

Encerrado pelo próprio prefeito "o *affaire* Cláudio Manuel da Costa", pareceu aos colegas que o gestor municipal errara no convidado, mas acertara na intenção de dotar a cidade de um plano urbanístico. Ao ensejo, em vista da aproximação mantida com o engenheiro professor Amaury de Castro e Silva, Secretário de Municipal de Obras, este logo ficou informado do pensamento dos arquitetos. Sobre os fatos, como o autor deste trabalho deveria viajar ao Rio de Janeiro na ocasião, prontificou-se em intermediar entendimentos com algum profissional capacitado, que desejasse vir pessoalmente examinar o problema.

O justo seria novamente convidar Saboya Ribeiro, cujo nome, conquanto admitido, logo foi desconsiderado, por duas razões. Primeiro, em vista do tempo transcorrido desde a apresentação de seu plano em 1947, o qual dificilmente se ajustaria às radicais mutações verificadas na cidade. Segundo, porque a simples citação do nome do urbanista reacendia, injustamente, aliás, radical oposição dos proprietários de terras urbanas à sua presença profissional na Cidade, celeuma que o prefeito não desejava instigar.

Assim, a escolha recaiu sobre Hélio Modesto, assistente de Afonso Eduardo Reidy no Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e pessoa com quem o intermediário mantinha relações próximas desde os tempos de estudante, visto que fora ele, Hélio, o orientador de uma vitoriosa equipe de alunos, em que o autor se incluía, formada para disputar um concurso escolar.

De regresso, devidamente informado o Secretário Municipal de Obras dos contatos mantidos no Rio de Janeiro, após os devidos acertos,

[33] Quando das conversas, enquanto Cláudio Manuel externava suas considerações, o autor deste trabalho, todo ouvidos, "cruzava" as informações, inserindo-as em tempo e espaço. Jamais deparou qualquer contradição, diga-se a verdade. Passados muitos anos, ao consultar um número da revista britânica *Architectural Review*, dedicado a Lubetkin, em comemoração da passagem de seu centenário de nascimento, lá estava o projeto do Zoo londrino, com a afamada rampa dos pinguins. As legendas relacionavam os componentes da equipe de arquitetos, entre os quais, conquanto estropiado, se lia o nome de Cláudio Manuel da Costa...

Hélio Modesto recebeu convite para visitar Fortaleza, quando assinou contrato concernente à elaboração de um plano diretor para a cidade.

Hélio Modesto

Hélio Modesto (1921-1980) diplomou-se em 1945 pelo Curso de Arquitetura ainda integrado à Escola Nacional de Belas Artes. Entre 1949 e 1951, cursou a School of Planning and Regional Development de Londres. Formulou o Plano Urbanístico de Volta Redonda (1953 a 1955). Participou da Comissão para localização da Nova Capital bem como da Comissão de Planejamento do Aterro do Flamengo, em 1958. Elaborou o Plano Diretor de Fortaleza (1960-1962), em equipe com a urbanista Adina Mera, o engenheiro Mário Laranjeiras e o sociólogo José Artur Rios. No Rio de Janeiro, já depois, em 1963, integrou o grupo da CEDUG, que acompanhou a execução do Plano Dioxíadis, para o efêmero Estado da Guanabara. Foi o arquiteto da sede do IBAM, instituição em que manteve destacada atuação. Entre outras realizações arquitetônicas, projetou o Jockey Clube Jardim Guanabara, na Ilha do Governador / RJ, hoje transformado em estádio de futebol. Hélio Modesto foi professor adjunto do Curso de Urbanismo da Faculdade Nacional de Arquitetura, atual Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Adina Mera

As tarefas mais cansativas do plano foram entregues a Adina Mera (1927-1984), saudosa amiga, argentina, nascida em Ushuaia, na Patagônia, criada em Buenos Aires, mas radicada no Brasil, Adina tornou-se figura chave na elaboração do trabalho, em face do grande empenho dedicado à preparação do *survey*, o que lhe permitiu dominar com maestria os problemas socioespaciais da Cidade. Participante das rodas culturais fortalezenses, ministrou posteriormente, em duas ocasiões, cursos semestrais de urbanismo na Escola de Arquitetura, lembrados com saudade pelos que com ela conviveram.

Alta, de porte elegante, culta, simpática e desembaraçada, Adina Mera procedia de uma família de estancieiros ligada ao Partido Radical, perseguida após a ascensão de Perón. Na ocasião, decidiu morar em

Paris, onde continuou seus estudos. A fim de não onerar os pais com despesas de vulto, obtinha ganhos como participaante de desfiles de modas, o que a habilitava a manter contatos com a *haute* ***couture*** francesa, retemperando seus dotes naturais de distinção.[34]

Ao tentar retorno à Argentina, foi aconselhada a deter-se no Rio de Janeiro, no aguardo de melhor oportunidade. Enquanto esperava, Adina integrou-se rapidamente à cidade, na qual se radicou.

O plano Hélio Modesto

O plano Hélio Modesto, aprovado por Lei nº. 2.128, de 20 de março de 1963, introduziu novidades metodológicas e conceituais, fosse pela cuidadosa elaboração do *survey*, a cargo de Adina Mera, fosse por considerar a organização social da cidade, que começava a se anunciar problemas novos. As favelas na periferia urbana já constituíam matéria de preocupação e para cujo estudo foi valiosa a ajuda da Escola de Serviço Social.

As lições britânicas recebidas por Hélio Modesto e os fracassos urbanísticos anteriores levaram-no a uma posição realista com o que deparava, optando, antes de tudo, ora por manter usos, ora por substituí-los, tanto sugerindo o aproveitamento de baldios como a renovação de áreas decadentes. A fim de impedir ou retardar o esfacelamento social da cidade, o plano propunha a introdução dos chamados *centros de bairros*, numerosos e espalhados por toda a malha urbana, novidades para cuja implantação seriam oferecidos incentivos espaciais e fiscais.

Matéria discretamente perceptível nos planos anteriores, na ocasião, já se evidenciava a bipartição social e econômica da cidade, impondo-se interligar o leste ao oeste, da Cidade, ainda que apenas espacialmente, como fora tentado antes. Hélio Modesto, entretanto, não insistiu na abertura de uma avenida central, como o haviam feito Nestor de Figueiredo e Saboya Ribeiro. Transferiu-a para a periferia do centro, isto é, optou pelo

[34] Em Fortaleza, durante as pesquisas de dados para implantação da Avenida Beira-Mar, Adina relacionou-se com jangadeiros que a puseram a par de padrões das fazendas bem como uso e modos de tingidura das suas roupas de trabalho. Assim orientada, comprava tecidos nas calçadas do Mercado Central e, na varanda da pousada onde se hospedava, sempre muito à vontade, Adina desenhava modelos, tingia os brins, cortava-os e os costurava. Depois, ia à rua. Nos clubes a que comparecia, perguntavam-lhe sobre a procedência de seu guarda-roupa. Se do Rio de Janeiro, de Buenos Aires ou de Paris. Displicentemente, referia a origem das vestes, deixando suas interlocutoras perturbadas ...

alargamento da Rua Meton de Alencar. Algumas ligações viárias amplas e também alargamentos progressivos constavam das diretrizes do plano, como pode ser entrevisto em fotografias de pranchas do plano.

Reformulação espacial do centro urbano por uso do solo, não realizada

Como proposta de recomposição espacial, Hélio Modesto preconizou a mudança do uso de equipamentos urbanos dispersos, transferindo-os para grandes áreas no contorno norte do centro. Além dessa medida, tentou intervir no sentido natural de expansão das atividades comerciais, dirigido para sul e sudoeste, procurando direcioná-lo para a praia, tomada a avenida Alberto Nepomuceno como vetor de expansão. Para tanto, instituía um polo de atração no Poço da Draga, ponto extremo, o qual seria aterrado, a fim de comportar um centro de lazer junto do mar. Naquela parte e em suas circunvizinhanças, a Cidade contava com enorme área, espécie de retroporto, mantida amplamente sem uso definido a qual, desativada de suas funções originais, mostrava-se irrediavelmente condenada à degradação, após a transferência dos serviços para o porto do Mucuripe. O plano também propunha a mudança de usos de vasto trecho urbano, localizado entre a zona central da Cidade e os morros do Croatá e do Moinho, inadequadamente ocupado pela ferrovia, no qual seriam instaladas repartições públicas. Essa medida tanto visava a atrair a implantação de comércio de melhor qualidade, mantido pela clientela de bom nível econômico, como justificava a permanência residencial nos quarteirões próximos, os quais, na época, ainda se mantinham qualificados como trecho de moradia da classe média.

Se as pranchas de levantamento da situação urbana foram estudadas com profundidade e apresentadas com impecável precisão, as proposições do plano ficaram, todavia, definidas pela metade, em consequência de dois fatos. Um deles, aliás, de modo previsível, recaía sobre o cumprimento do cronograma de desembolso contratado com a Prefeitura, que dividia os trabalhos em tarefas contratualmente estanques, os quais somente poderiam ser reiniciados após quitada a parcela anterior. Os atrasos, justificados pelas limitações orçamentárias do Município, protelaram a elaboração do plano, executado aos poucos. Hélio Modesto fora previamente alertado de problemas defrontados por Saboya Ribeiro...

Também implicou o retardamento dos serviços o desejo imprevisto, manifesto pelo prefeito Cordeiro Neto, de contar com um plano setorial, destinado a nortear a imediata abertura de uma avenida beira-mar, realização que pretendia inquestionavelmente ver concluída em seu governo, prestes a encerrar-se. O atendimento à solicitação do gestor municipal redundou em mudança na ordem de execução das tarefas gerais do plano, exigindo estudos prévios da organização social da área, ocupada pontualmente por pescadores. A alteração de rumo perturbou sobremodo os trabalhos em andamento, trazendo evidente desgaste à equipe.[35] A futura avenida deveria estender-se do Mucuripe ao Pirambu, mas teve sua implantação praticamente findada nas cercanias da Praia de Iracema, conforme projeto exposto em três pranchas pertinentes.

O abandono do centro

O não cumprimento das diretrizes do plano, relativas ao aproveitamento da oferta de áreas sem uso adequado, amplas e contíguas, para expansão da zona central da cidade, teve consequências previsíveis. A necessidade de novas edificações públicas e privadas, numa cidade em rápido desenvolvimento, reclamava espaços compatíveis com nova escala urbana, reformulada. Esses espaços não poderiam ser encontrados em quadras densamente ocupadas por edificações residenciais implantadas nos velhos lotes estreitos e compridos, característicos da Fortaleza antiga. Além do mais, a situação também se agravava por decorrência da acessibilidade difícil oferecida a pedestres e veículos, resultante de uma malha constituídas por ruas estreitas e calçadas exíguas.

Premidos por tais circunstâncias, os novos equipamentos públicos e privados descobriram os lotes amplos da Aldeota, para onde, gradativamente, se transferiram. Em consequência, os integrantes dos segmentos ditos A e B retiraram-se do centro da cidade, levando consigo o comércio refinado e os serviços de entretenimentos para o bairro elegante e adjacências. Desapareceu a tradicional convivência coletiva

[35] Ante a fleugmática desolação de Hélio Modesto, em face da mudança de rumo das prioridades contidas no plano, o autor destas linhas, em tom brincalhão, exclamava: *Meu plano por uma avenida*, parafraseando a conhecida fala de Ricardo III, quase ao fim da peça, quando o rei, desorientado em meio de uma batalha perdida, gritava: *A horse! A horse! my kingdom for a horse*. (SHAKESPEARE, Richard III, cena IV, ato V).

entre as diversas camadas da população, que tinha na praça do Ferreira o ponto encontro coletivo.

Epílogo Inacreditável

Pressionado pelas ocorrências já mencionadas, Hélio Modesto fez a entrega oficial do seu plano nos últimos dias da administração Cordeiro Neto. Não houve, pois, oportunidade de se iniciarem as proposições sugeridas e nem a administração municipal seguinte demonstrou interesse em aplicar quaisquer diretrizes do plano. Diante da nova situação, a Escola de Arquitetura solicitou e obteve da Prefeitura, por prazo indeterminado, a cessão das vinte e oito pranchas do plano. Preservadas na Biblioteca com especial cuidado, serviram a gerações de estudantes no ensino das disciplinas de planejamento urbano, aproveitadas como instrumento de iniciação metodológica e prática de estudos de organização física e social da Cidade. Embora todos soubessem que compulsavam dados e analisavam proposições paulatinamente superadas pela incidência de novos e imprevistos problemas surgidos com o passar dos anos, as pranchas do plano Hélio Modesto prestaram relevantes serviços à Escola, como metodologia e roteiro didático postos à disposição de professores e alunos.

Naqueles dias, excluídos os recursos de impressão tipográfica, eram ainda precárias as possibilidades de reprodução de desenhos coloridos, indicações cromáticas que facilitavam a apresentação dos projetos. À época, como novidade, aparecera um tipo de cópias heliográficas, extraídas com traços em cor preta sobre fundo branco, processo que parecia reproduzir os desenhos originais, preparados com nanquim, em papel canson. A fim de poder fazer a apresentação das pranchas do plano, Adina Mera engendrou uma solução prática, condizente com o valor do contrato firmado. Para tanto, transferiu as matrizes desenhadas para folhas de plástico, transparentes, de sorte que fossem obtidas novas matrizes, no número de cópias desejadas. Por outro lado, fez reduções e adaptações da planta cadastral da cidade, transcritas a bico de pena, fornecidas por rascunhos do levantamento aerofotogramétrico. Rascunhos, vale repetir, tendo em vista que os desenhos oficiais do levantamento, em fase de montagem, ainda não impressos, estavam à espera da entrega oficial do serviço contratado, somente ocorrida em 1963. Ultimados os originais dos desenhos do plano, devidamente copiados em papel opaco branco e coloridas

manualmente as convenções gráficas, as cópias heliográficas das respectivas folhas de plástico foram aplicadas em placas de aglomerado de madeira, do tipo *Eucatex*, e finalmente transformadas nas pranchas de apresentação do plano.

Às tantas, não se sabe por que razão, companheiros que militavam nos setores técnicos da Prefeitura resolveram ter de volta as pranchas do plano, sob o argumento de que estavam apenas emprestadas e pertenciam de direito à Municipalidade. A direção da Escola, conquanto chocada com a demanda, logo percebeu não haver como reter o material na Biblioteca, o qual foi imediatamente devolvido.

Pouco tempo depois, o precioso material teve fim inesperado. De certo modo, por serem objetivamente inúteis à Prefeitura e, na verdade, recolhidas tão somente como mera referência histórica ou demonstração de vaidade ingênua, mas autoritária, quer dizer, sem utilidade técnico-burocrática evidente, as pranchas ficaram depositadas em local inadequado. Um dia, para triste surpresa, principalmente para os corpos docente e discente da Escola de Arquitetura, divulgou-se a inacreditável e amarga notícia de que as pranchas foram totalmente queimadas em incêndio, provocado por descuido e por ignorância de um funcionário, que as usava como tapa-vento de um fogareiro em que costumava preparar as refeições!

***

Faz-se ideia das pranchas do Plano Hélio Modesto por meio de um conjunto de fotografias em preto e branco, providenciadas, para sua coleção pessoal, pelo professor engenheiro Amaury de Castro e Silva, velho e saudoso amigo. Não se consegue, entretanto, efetuar cabal leitura do conteúdo dos desenhos, visto que as convenções gráficas estavam originalmente apresentadas em cores. Se fosse possível *colorizar* as fotografias, a exemplo do que vem sendo executado, com êxito, em filmes antigos, rodados em preto e branco, talvez se viesse lograr, com aproximação possível, a reconstituição das pranchas, facultando, enfim, fácil leitura das legendas dos desenhos do plano. Talvez também pudessem ajudar na eventual reconstituição das pranchas alguns rascunhos dos desenhos originais do plano, lançados em papel manteiga e coloridos a lápis de cor, preciosidades guardadas por amigos da equipe.

A apresentação gráfica do plano Hélio Modesto dividia-se em dois grupos: vinte pranchas referentes ao *Levantamento das Condições Atuais* e sete pranchas alusivas às Proposições. O primeiro grupo constava de: 1. Planta chave; 2. Acidentes naturais; 3. Crescimento da Cidade (Figura 3); 4. População; 5. Equipamentos básicos; 6. Circulação; 7. Equipamento de caráter social; 8. Equipamento cultural; 9. Equipamento de caráter econômico; 10. Equipamento industrial; 11. Equipamento industrial; 12. Circulação; 13. Circulação; 14. Circulação; 15. Circulação; 16. Circulação; 17. Favelas; 18. Estudo da faixa da avenida Beira-mar; 19. Estudo da faixa da avenida Beira-mar; 20. Estudo da faixa da avenida Beira-mar. As *Proposições* compunham-se de: 1. Zoneamento – Usos predominantes; 2. Zoneamento – Usos predominantes: Área central e zona residencial de alta densidade; 3. Zoneamento: População dos centros de bairro; 4. Esquema de vias: Circulação; 5. Esquema de vias: Classificação; 6. Esquema de vias: Alargamentos, desapropriações e reservas (Figura 4); 7. Esquema de vias: Providências a executar (Figura 5).[36]

Conforme se percebe, embora buscasse uma compreensão ampla e integrada da Cidade, as pranchas do Plano Hélio Modesto enfatizavam o sistema viário. Como seus antecessores, o urbanista também procurava valorizar e definir os esquemas de traçado rádio-concêntrico, na tentativa de superar problemas críticos que já se anunciavam, cada vez mais complicados e ainda hoje sem claras soluções à vista.

Os planos e o presente

Os três planos de remodelação e extensão mencionados neste trabalho, cada qual a seu modo, representavam o pensamento urbanístico gradativamente desenvolvido desde fins do século XIX, elaborados em busca de soluções para o presente e para o futuro das cidades, conturbadas pelo crescimento rápido e desordenado. Dentro do possível, para efeito das medidas aventadas, recorriam a princípios racionais, que pudessem comandar os processos de expansão consoante previsões espacial e temporalmente delimitadas. Por tais razões, em todos os planos, havia similitudes nas proposições, entre as quais, sobressaía a introdu-

[36] Em vista de problemas na transcrição das fotos, foram incluídas, no texto, figuras que mostravam melhor visualização, optando-se por uma prancha entre as do "Levantamento das Condições Atuais" e duas pranchas das "Proposições".

ção de um circuito de contorno viário, espécie de linha demarcatória da área planejada. Nessa área definida, o dimensionamento das vias ganhava ênfase, projetado para atender ao aumento das solicitações de tráfego, enquanto as indicações do zoneamento alvitrado determinavam e valorizavam as funções urbanas – bairros residenciais, morada, trabalho, lazer e circulação, correlacionadas com as respectivas localizações dos equipamentos de serviço, de indústria e das áreas de divertimento.

À guisa de encerramento

No texto, algumas considerações expendidas foram imprevistamente ampliadas em decorrência de circunstâncias várias. Assim, no plano Nestor de Figueiredo, percebe-se claramente que o autor deste artigo externou desejo de interpretar o pensamento do arquiteto, entretanto, como visto, expresso em pequeno e conciso desenho remanescente. Por sua vez, os comentários sobre o Plano Saboya Ribeiro ultrapassaram o espaço previsto no artigo, em face da introdução de esclarecimentos provocados pela recente publicação de um livro que divulga pormenores do noticiário de jornais da época e de debates travados na Câmara Municipal de Fortaleza há seis décadas, quer relativas a matéria de interesse da Associação Cearense de Imprensa, transcritas nas atas de suas reuniões, quer decisões proferidas pela Prefeitura, que levaram à rejeição da proposta original do plano. Rejeição, insista-se, emanada de implacável campanha perpretada por antagonistas às decisões do plano, pessoas que jamais se haviam detido em ler e analisar as reordenações propostas!... Finalmente, quanto ao Plano Hélio Modesto, à parte considerações nascidas do relacionamento pessoal do autor deste artigo com a equipe, impôs-se denunciar o fim insólito das pranchas que apresentavam os desenhos do plano. O total desinteresse pelo trabalho, manifestado pela administração municipal que se seguiu, talvez procedesse de alguns aspectos da proposta urbanística, mais voltada para desencadeamento de ações prolongadas do que para imediata realização de obras. Consequentemente, a rejeição do plano, sem dúvida, refletiu-se no alheamento dos quadros técnicos da Prefeitura quanto à preservação do materia gráfico.

Como se sabe, do racionalismo brasileiro arquitetônico no campo urbanístico atingiria o ápice no plano de Brasília, concebido por Lúcio

Costa, cidade inaugurada em 1960, com princípios norteadores postos em dúvida, já havia mais de uma década, em congressos internacionais de arquitetura e urbanismo. Postos em dúvida, vale ressaltar, não quanto à recusa da modelação (ou remodelação) da forma urbana, mas na insistência no emprego de determinados fundamentos racionalistas, alguns deles, radicais. Nos governos militares, postos os problemas sob orientação de economistas, não seria de admirar que o desenho urbano fosse relegado ou esquecido. Em 1971, obteve aprovação o PLANDIRF - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Fortaleza, destinado a examinar não apenas a cidade-mãe, em si, mas o grupo de aglomerações urbanas vizinhas, a chamada Área Metropolitana, espécie de um todo disseminado, com inter-relacionamento comum, mas nem sempre constituída por malha urbana contínua. Ultrapassa os objetivos do tema deste trabalho o exame das proposições do PLANDIRF e suas consequências na forma urbana fortalezense.

***

Em dias atuais, descontrole e injunções econômico-sociais outras, de alto poder, entre a quais, a globalização e a informática, vêm provocando uma verdadeira dispersão física, fenômeno universal, em que as configurações urbanas assumem limites difusos, imprecisos. No Brasil, particularmente em Fortaleza, bastaria apontar a atual preferência dos setores abastados por glebas periféricas, até então historicamente ocupadas por comunidades pobres, nascidas de expulsões. A realidade em curso reflete-se no autoisolamento dos "condomínios fechados", denominação que bem lhes caracteriza a origem e os propósitos, resolvidos com modos de ocupação do solo identificados pela homogeneização física e social de microespaços, contrapostos ao todo urbano, complexo e heterogêneo.

A nova fase de expansão urbana que se anuncia não integra o tema deste artigo, dirigido para o passado.

***

Bibliografia

ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Imperio do Brazil* comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciarias [...]. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

BAERLE, Kaspar van. Casparis Barlaei. *Rerum per octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum sub praefectura Illustrissimi Comitis J. Mauritii Nassoviae. & Comitis. nunc* (...). Amsterdolamum: Joahannes Blaev, 1647.

BARLEUS, Gaspar. *História dos feitos praticados durante oito anos no Brasil e outras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau* (...). Trad. Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: MES, 1940.

BUENO, Beatriz P. Siqueira. O ensino da Arquitetura nas aulas de Engenharia Militar da Bahia no século XVIII. *Desígnio*, São Paulo, n. 1, 2004: p. 93-100.

CAMÕES, Luís Vaz de. *Obras Completas*. v. 4, 5: Os Lusíadas. Lisboa: Sá da Costa, 1968.

CASTRO, José Liberal de Castro. Contribuição de Adolpho Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 108, 1994: p.43-90.

_____ Cartografia Cearense no Arquivo Histórico do Exército. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 111, 1997: p. 9-79.

_____ Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 119, 2005: p. 93-123.

CÓDIGO de Posturas do Município de Fortaleza. Fortaleza: Minerva,1933.

COSTA, Lúcio. *Sobre arquitetura*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.

DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FARIA. Ernesto. *Vocabulário latino-português*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1943.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *A Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá / 1783-1792*. 2 v. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. v. l.

[FORTALEZA. PREFEITURA MUNICIPAL]. Lei n.188, de 16 de maio de 1950. *Diário Oficial do Município.* Fortaleza, 29 de novembro de 1952, ano 1, n.107, p. 3-35

[FORTALEZA. PREFEITURA MUNICIPAL]. Lei n.609 de 02 de fevereiro de 1953. Altera e Corrige dispositivos do Código Urbano do Município de Fortaleza, que baixou com a Lei n.188, de 16 de maio de 1950, na parte relativa ao Plano Diretor da Cidade, aprovado pelo Decreto, n.785, de 26 de fevereiro de 1947, e dá outras disposições. *Diário Oficial do Município***.** Poder Executivo, Fortaleza, 03 de fevereiro, ano 1, n.153, p.1-2.

GARCIA, Vicente de Diego. *Diccionario Ilustrado / Latín / Vox*. Barcelona: Spes, 200l.

GIRÃO, Raimundo. Plano de urbanização de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 57, 1943: p. 205-22.

GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia,[s.d.].

GUERRA, M.J. Julio. *Guia do operario de trabalhos publicos.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

HOLANDA, Francisco de. *Da fabrica que falece à cidade de Lisboa*. Lisboa: Horizonte, 1984.

_____ *Diálogos de Roma*. Lisboa: Sá da Costa, 1955.

_____ *A Ciência do Desenho*. Lisboa: Horizonte, 1985.

LARSEN, Erik. *Frans Post, interprète du Brésil*. Amsterdam, Rio de Janeiro: Colibris, [1962]

LEAL, Ângela Barros. *Associação Cearense de Imprensa:* 85 anos na pauta do Ceará. Fortaleza: ACI, 2011.

LEITE, Serafim (Pe.). *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Portugália, 1943. t.3.

LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). *Urbanismo no Brasil* 1895-1965. São Paulo: Stúdio Nobel, FAUUSP, FUPAM, 1999.

MODESTO, Hélio. Plano Diretor de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 78, 1964: p. 201-42.

MOREIRA, Fernando Diniz. A aventura do Urbanismo Moderno na cidade do Recife, 1900-1965. In: *Urbanismo no Brasil*, 1895-1965.

[coordenadora] Maria Cristina da Silva Leme. São Paulo: Studio Nobel, FAU/USP, FUPAM, 1999.

PIMENTEL, Luís Serrão. *Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares* Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, 1680.

RESENDE, Vera F. et *allii*. Refazendo caminhos: o pensamento urbanístico a partir da produção do engenheiro Saboya Ribeiro. *In: Anais do X Encontro Nacional da Anpur.* Belo Horizonte, 2003.

RIBEIRO, José Otacílio de Saboya Ribeiro. *Evolução Urbana*. Rio de Janeiro: [Tavares e Tristão Editoria de Livros], 1993.

_____ Memorial justificativo do plano diretor para a cidade de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 69, 1955: p. 215-43.

SILVA, Geraldo Gomes da. Arquitetura eclética em Pernambuco. In *Ecletismo na Arquitetura Brasileira* / organização Annateresa Fabris. São Paulo: Nobel; EDUSP, 1987.

SHAKESPEARE, Wiliam. Richard III. In: *Four great historical plays.* New York: Pocket Books, 1951.

STUDART, Guilherme. Geographia do Ceará (...). *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 37, 1923: p. 335-84.

_____ Martim Soares Moreno, o fundador do Ceará. In: *Commemoração da chegada dos primeiros portugueses ao Ceará* (Tricentenário do Ceará). Fortaleza: Minerva, 1903.

_____ TACLA, Zake. *O Livro da Arte de Construir*. São Paulo: Unipress, 1984.

Pesquisas Documentais

- Arquivo Público do Estado do Ceará.
- Arquivo Histórico do Exército (AHEx).
- Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa).
- Arquivo Nacional (Rio de Janeiro).
- Biblioteca do Itamaraty (Rio de Janeiro).
- Instituto do Ceará: Atas da Câmara Municipal de Fortaleza.

SUMÁRIO

O presente artigo tenciona denunciar o desaparecimento sistemático de valiosa documentação gráfica pertinente à cidade da Fortaleza, ainda que se conheçam alguns dos originais sumidos por meio de cópias executadas manualmente, com maior ou menor fidelidade. Entre as perdas lamentáveis, citam-se as pranchas do Plano Hélio Modesto, abandonadas e desaparecidas por incineração, irresponsavelmente verificada em espaços de uma repartição municipal. As páginas iniciais do texto tratam de origens da palavra desenho e de alguns vocábulos correntes nos trabalhos de arquitetura.

ABSTRACT

This work intends to denounce the systematical losses of the valuable graphic documentation referred to the city of Fortaleza, thought some original drawings are known by means of hand drawn copies, most of them with questionable accuracy. Among many of those losses, the disappearance of the Hélio Modesto's city plan drawings which were abandoned and then burned in municipal planning office by irresponsible conduct becomes deplorable. Consideration about the word drawing (design), and some related terms, which are usual in architectural studies, are made in the first pages of this work.

***